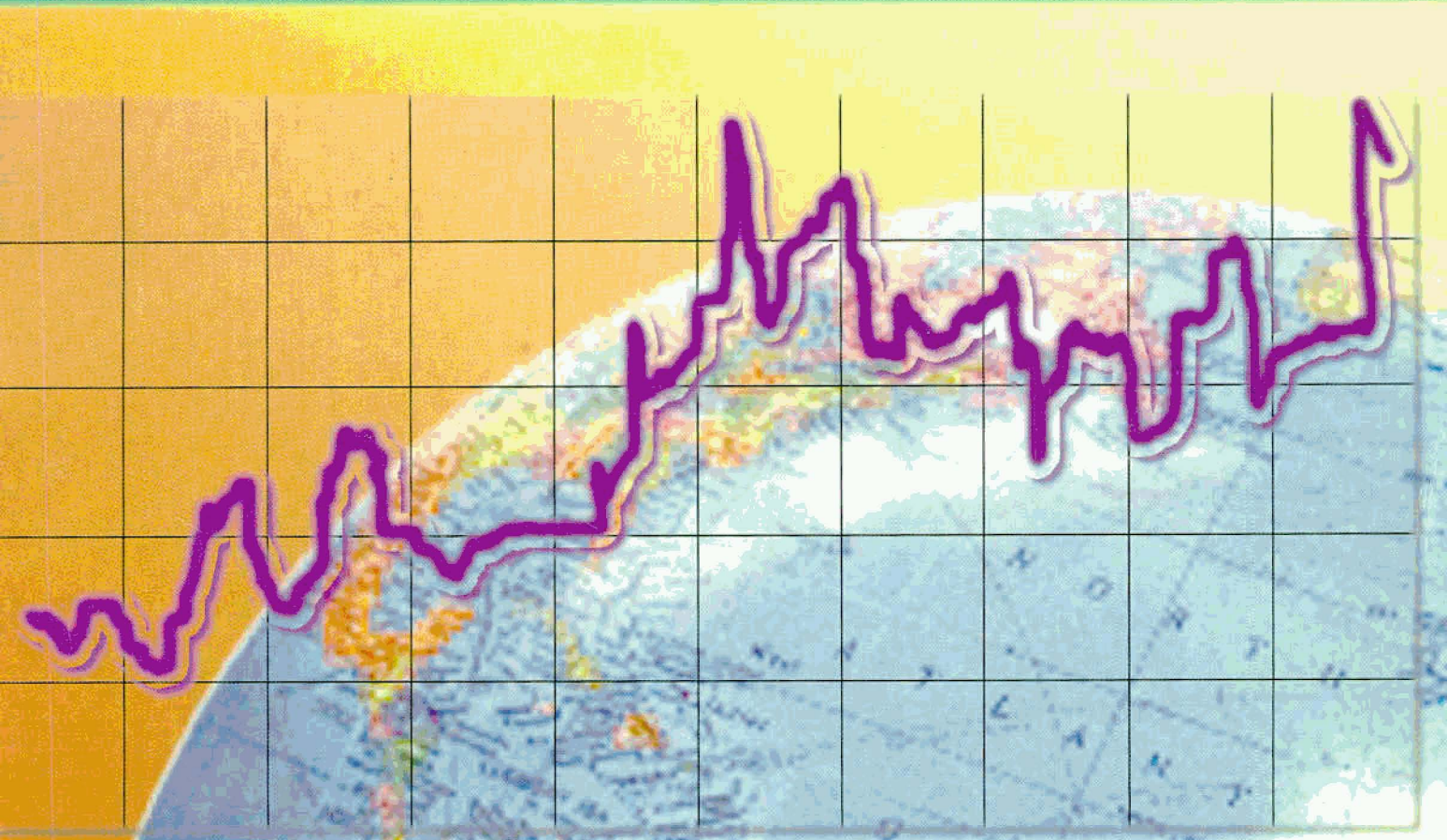
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 17 – Nº 4 – 15 DE ABRIL DE 1997 – R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



Safra de verão — cenários de mercado para o seu produto

A dívida agrícola ainda é problema?

ALCA é debatida em BH

EDIÇÃO ESPECIAL
AGRISHOW 97

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
ISSN 0100-4298
00004 >
9 770100 429971

EDIÇÃO EXTRA

80.000 AGRICULTORES VÃO NVADIR AS TERRAS DA AGRISHOW



AGRISHOW 97 Maior e Melhor

A Agrishow 97 será marcada como a melhor e maior de toda sua história. Com números crescentes ano a ano, a Agrishow 97 vai superar-se em todos os aspectos, seja em público, área ocupada, expositores ou demonstrações de dinâmica. Isto significa que o público visitante, estimado em mais de 80.000, proporcionará um volume de negócio muito maior que os anteriores. Os principais expositores já marcaram sua presença. Sua empresa não pode ficar de fora. Fique entre os melhores e seja um deles.

Dinâmica e Área de Exposição: A prática demonstrando a teoria.

Numa área total de 200 hectares, 130 deles reservados para a Dinâmica, acontecerão as demonstrações das mais recentes novidades no segmento de tratores, equipamentos de preparo do solo, plantio direto, pulverizadores, colheitadeiras e outras máquinas. Ao longo da feira serão 900 apresentações com transporte e horário marcado. Os estandes ocupam cerca de 70 hectares. Lá estarão expostos máquinas, implementos, insumos e serviços de suporte ao produtor rural com uma confortável infra-estrutura.

Veja porque a Agrishow é sinônimo de Agribusiness.

A Agrishow é a principal plataforma de oportunidades comerciais das indústrias e prestadores de serviços para a agricultura. Direcionada para atingir milhares de produtores rurais do Brasil, Mercosul e de outros países da América Latina, a Agrishow 97 vai gerar um imenso volume de vendas. Todas as oportunidades estarão em um mesmo espaço. Aproveite. Fique bem próximo delas.

Estação Experimental "Ney Bittencourt de Araújo" do Inst. Agronômico - IAC
28 de abril a 03 de maio de 1.997 - Ribeirão Preto - SP

Promoção e Organização:
ABIMAQ
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ENTRE EM CONTATO PELO FAX:
(011) 5582-6429
5582-6379

Patrocínio:
Ministério da Agricultura e do Abastecimento - SDR - DENACOOP

Realização: ABAG • ABIMAQ • ABRASEM • AEASP • ANDA • ANDEF • CNA • FAESP • OCB • SAA • SIMERS • SRB

Para maiores informações, consulte a AGRISHOW - Av. Jabaquara, 2925 - 04045-902 - SP / SP

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

A crise da dívida já foi resolvida?

Sucessivos choques econômicos, juros reais elevados, preços agrícolas pressionados para baixo por diversos fatores. Resultado: a agricultura brasileira acumulou um endividamento com o sistema financeiro e também com as indústrias supridoras dos insumos que chegou a ser tido como impagável.

Oferta de áreas a preços vis, produtores executados pelos bancos perdem suas terras. Muitos produtores contestam na Justiça os saldos devedores apresentados pelos bancos. As lideranças da agricultura buscam organização política, surge a CPI da Dívida. A securitização, insatisfatória para muitos, foi o acordo possível.

Mas o Brasil já colheu em 1997 mais uma supersafra. Como explicar isso? A crise da dívida já foi superada?

Agroanalysis *procurou autoridades governamentais e lideranças do setor agrícola para obter algumas respostas. Eis a íntegra das entrevistas.*

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Antonio Chavaglia
Presidente da Comigo

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Embora a imprensa tenha dedicado pouco espaço a essa questão, como se a securitização tivesse solucionado o problema, o fato é que, para grande parte dos produtores goianos, a questão do endividamento persiste. Portanto, a resposta é não.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— Em parte, sim. Mas mesmo nesses casos, é necessário prolongar o prazo de pagamento para 20 anos no mínimo, a fim de que o produtor tenha fôlego para honrar esse endividamento, que, diga-se de passagem, é totalmente injusto. A origem dessa dívida veio do descasamento de índices entre os financiamentos e os preços mínimos de garantia. Não é admissível que, numa ponta, a dos financiamentos, se cobrem taxas de juros exorbitantes e na outra corrijam-se os preços pela metade dessas mesmas taxas, como ocorreu no governo Collor em 1990 (74% contra 41%). Na safra de 1994/95, outro duro golpe desferido pelo governo: congelamento dos preços mínimos e correção dos financiamentos pela TR mais juros, o que causou novo descasamento, algo ao redor de 60%. Uma dívida que no seu início (entre 1988 e 1993) não chegava a US$100 mil hoje ultrapassa os US$200 mil. A sociedade rural está arcando com uma conta que não é sua. Tendo que pagá-la, só mesmo com o dilatamento do prazo, assim mesmo contando com uma rentabilidade líquida de 20% ao ano. A soja, este ano, está dando um bom resultado, mas daqui a dois anos ele estará reduzido, quando os estoques mundiais se normalizarem. Com o prazo atual, essa conta não poderá ser paga. Em outros países, onde hou-

A sociedade rural está arcando com uma conta que não é sua.

ve securitização agrícola, o prazo nunca foi inferior a 20 anos. Se ultimamente para os bancos esse prazo tem sido sempre concedido, por que para o setor produtivo rural — que carrega o país — esse alongamento não seria possível?

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Nas dívidas superiores a R$200 mil, já que o produtor goiano planta grandes áreas e por isso suas dívidas são maiores.

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Há um grande problema relativo à dívida dos agricultores, que se acumulou ao longo dos últimos anos. Em 1995, com a aprovação da lei da securitização, o governo foi aos limites de suas possibilidades para encaminhar a solução do problema. Foram então liberados mais de R$7 bilhões em títulos, para que grande parte dos produtores pudesse alongar sua dívida. O momento da crise já passou, pois o governo, mediante a securitização, permitiu que vários produtores regularizassem sua situação e tomassem novos financiamentos e pudessem plantar novamente.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— O alongamento das dívidas já apresenta excelentes resultados, como um grande aumento da área plantada da segunda safra de milho (conhecida como safrinha), estimada, segundo o último levantamento da Conab, em 4 milhões de toneladas. Podemos dizer que a securitização resolveu o problema de grande parte do setor agrícola. Ainda existem remanescentes. Pelo porte das dívidas agrícolas, já previámos que não seria possível resolver tudo, mas não estamos mais num impasse, e os primeiros resultados começaram a aparecer, com previsão de uma produção recorde para a safra de 1996/97, o que auxiliará a capitalização do setor.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Os focos remanescentes estão basicamente no segmento dos grandes devedores. Com grande volume de dívidas agrícolas e a limitação de recursos para securitizar todos os débitos, o governo optou por atender os menores.

■ *O que precisa ser feito?*

— O governo trabalha para viabilizar uma boa comercialização da produção, desde março, quando 30% da safra já estavam colhidos. Os instrumentos para sua comercialização garantirão a capitalização do setor agrícola, permitindo que os produtores saiam efetivamente da crise de liquidez.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— Qualidade e produtividade. Quem trabalhou com estes conceitos no setor agrícola já mostra sua recuperação a partir desta safra, cuja contribuirão muito para viabilizar a produção agrícola goiana. Além disso, mais duas questões se somam a essas: a necessidade de que o governo garanta o preço mínimo e maior volume de recursos com prazo de 10 anos para pagar, tanto para investimentos em máquinas e implementos agrícolas quanto para custeio e calcário. O sistema de crédito atual, à base de escambo, só dá prejuízo ao produtor, que é obrigado a vender com deságio.

■ *O que precisa ser feito?*

— Securitizar as dívidas acima de R$200 mil, com prazo também de 20 anos.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— Remodelar o sistema de transporte, utilizando os sistemas ferroviário e hidroviário, e reduzir os preços dos fertilizantes através de ampla discussão sobre o assunto. Essas duas medidas com certeza contribuirão muito para viabilizar a produção agrícola goiana. Além disso, mais duas questões se somam a essas: a necessidade de que o governo garanta o preço mínimo e maior volume de recursos com prazo de 10 anos para pagar, tanto para investimentos em máquinas e implementos agrícolas quanto para custeio e calcário. O sistema de crédito atual, à base de escambo, só dá prejuízo ao produtor, que é obrigado a vender com deságio.

Arlindo Porto
Ministro da Agricultura

Qualidade e produtividade. Quem trabalhou com estes conceitos no setor agrícola já mostra sua recuperação a partir desta safra.

ja previsão é de 81,18 milhões de toneladas de grãos. Esse resultado se deve principalmente ao anúncio antecipado das medidas, tanto para custeio quanto para comercialização, que deram segurança ao produtor para plantar. Além disso, o zoneamento agrícola, que mostra ao produtor como, onde, o quê e quando plantar, confirma a tendência de que os produtos brasileiros ganhem competitividade e aumentem a produtividade. Esses paradigmas são fundamentais na conquista do mercado internacional, e de margens de lucro condizentes com o poder aquisitivo da população.

José Aroldo Gallassini

Diretor Presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo)

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Absolutamente não. Seus efeitos mais perversos estão sendo materializados agora, através de execuções judiciais, tomadas de bens, fechamento de estruturas de apoio aos produtores e problemas sociais ocasionados pelo contingente de agricultores que quebraram e foram para as cidades viver de subempregos.



■ *A securitização resolveu o problema?*

— Não! Em primeiro lugar, a securitização das dívidas agrícolas, propiciada pela Lei nº 9.138/95, não contemplou a totalidade do endividamento agrícola. Ficaram de fora os débitos de valor superior a R$200 mil, dívidas de cooperados junto a suas cooperativas, e destas junto a fornecedores e agentes financeiros. Em segundo lugar, a securitização apenas adiou o problema do endividamento. O custo dessa dívida irá exigir um valor equivalente a 6% da receita bruta por cinco anos, quando se sabe que nem todos os produtos permitem ao agricultor auferir esse valor. Em conseqüência, já em outubro poderemos ter problemas com a falta de recursos, por parte de agricultores, para liquidação da primeira parcela da securitização.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Nos produtores que tinham débitos superiores a R$200 mil, especialmente os arrozeiros do Rio Grande do Sul, produtores das novas fronteiras agrícolas e cooperativas que amargam em suas contas correntes os prejuízos referentes aos débitos não honrados pelos cooperados, em função da elevada descapitalização enfrentada pelo setor nos últimos anos.

Resolver o passado é de extrema importância. Depois, será preciso equacionar os problemas de infra-estrutura, do custo Brasil, da competição desleal com os produtos importados.

■ *O que precisa ser feito?*

— Entendemos que um novo programa deve ser criado para contemplar esses casos. Nesse sentido, as cooperativas, através da OCB e juntamente com a Frente Parlamentar do Cooperativismo da Câmara e do Senado, estão negociando com as autoridades, pois havia um comprometimento do governo quanto a esses casos. Há um consenso nos meios cooperativista e parlamentar de que a ação das cooperativas e lideranças agrícolas e políticas viabilizaram a securitização. Mas na verdade as próprias cooperativas e os

produtores com débitos superiores a R$200 mil não foram todos contemplados, o que torna urgente solucionar seu problema.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— Resolver o passado é de extrema importância. A partir daí é preciso equacionar os problemas de infra-estrutura, do custo Brasil, da competição desleal com os produtos importados. É preciso também adotar medidas de salvaguarda e criar mecanismos estáveis de financiamento; acima de tudo, adotar as sugestões que estão sendo oferecidas pelas comissões do Fórum Nacional da Agricultura. Além disso, modernizar todo o processo produtivo, englobando desde as etapas de dentro da porteira até o consumidor. Produzir aquilo que o mercado está disposto a comprar e a preços competitivos.

Paulo César Ximenes

Presidente do Banco do Brasil

■ *A crise da dívida já acabou?*

— Para os pequenos e médios produtores, ou seja, aqueles que tinham dívidas de até R$200 mil, sim. O Banco do Brasil securitizou dívidas de 149 mil produtores, sendo que mais de 95% destes são pequenos agricultores.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— Em grande parte, sim. No extrato de produtores com dívidas acima de R$200 mil ainda temos uma parcela significativa que não quis ou não teve condições de renegociar seus débitos. Mas, de qualquer forma, a tranqüilidade voltou ao campo e foi restabelecida a parceria histórica entre os produtores e o Banco. O país irá colher uma excelente safra e por certo a securitização em muito contribuiu para isso.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*

— Diria que ainda temos dois focos principais: o Centro-Oeste, em função do porte dos produtores da região, em sua maioria com extensas lavouras, e o arroz no Rio Grande do Sul. Os demais são pequenos focos, quase pontuais.



A tranqüilidade voltou ao campo. O país irá colher uma excelente safra e, por certo, a securitização contribuiu para isso.

■ *O que precisa ser feito?*

— O Banco tem realizado um grande esforço para a regularização dessas dívidas ainda não renegociadas, oferecendo inclusive condições bem mais favoráveis do que aquelas pactuadas no contrato original. O governo federal também está sensível ao problema. Acredito que possamos chegar a um acordo satisfatório para todas as partes.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— O volume recorde da próxima safra, recentemente divulgado pelo governo, já demonstra uma recuperação bastante significativa da agricultura. Sem dúvida, o fator preço é o grande indutor da expansão de nossa produção. Porém ainda há espaço para significativos ganhos em produtividade. Precisamos de mecanismos mais eficientes para que a tecnologia que já detemos possa ser transferida para o agricultor. A questão de investimentos de longo prazo, principalmente em infra-estrutura, também é fundamental. Finalmente, resta a questão dos tributos incidentes sobre os produtos agropecuários, sem dúvida outro entrave para que possamos ter competitividade tanto no mercado interno como para exportação.

Ricardo Barbosa Alfonsin
Presidente do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (Iejur)

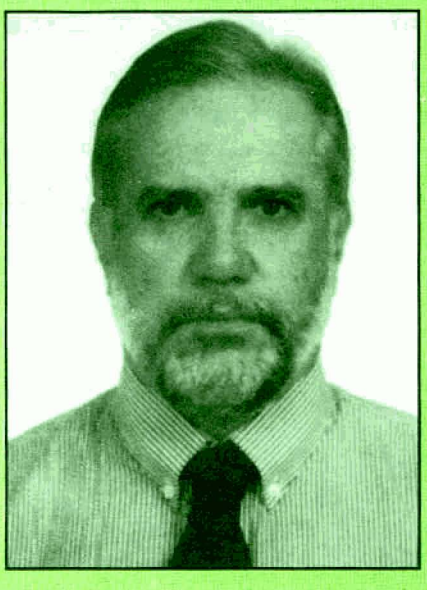
■ *A crise da dívida já acabou?*

— Não, permanece íntegra. Boa parte da dívida foi rolada na securitização. Nos saldos devedores estão embutidos taxas de juros e índices inflacionários declarados ilegais pelo Superior Tribunal de Justiça — Plano Collor e juros acima de 12% — bem como o diferencial do Plano Real, o que torna impagável a dívida. Por outro lado, boa parte dos produtores esgotou as garantias e a capacidade de pagamento. Ficaram diante disso excluídos de novos financiamentos, o que lhes tira condições de obter renda para pagar a renegociação. Por fim, para os devedores acima de R$200 mil, não há solução adequada.

■ *A securitização resolveu o problema?*

— Não. Tanto que já se reivindica o pagamento em cinco anos da primeira parcela que vence em outubro. Não resolveu principalmente para aqueles que produzem comida para o brasileiro comer, sem rentabilidade diante da interferência de mercado (congelamento, tabelamento, importações) e pela falta de subsídios compensatórios, já que suportam os planos econômicos há mais de 10 anos. Para dívidas novas, pequenas e de Finame, a securitização resolveu.

■ *Onde estão os focos remanescentes?*



— A securitização tratou de maneira igual culturas e situações diferentes, e por isso foi injusta. Os que se endividaram por terem investido mais em tecnologia, máquinas etc., e trazem débitos decorrentes dos juros altos e dos descasamentos entre preços dos produtos e financiamentos, ficaram fora da securitização, porque suas dívidas não foram devidamente enxugadas, superando desse modo R$200 mil. Em termos de área de produção, é um volume significativo.

■ *O que precisa ser feito?*

— A incidência de problemas de toda ordem no setor primário, por longos anos sem solução, desorganizou-o, desembocando numa crise sem precedentes e com conseqüências colaterais importantes. Hoje milhares de agricultores respondem por desvio de penhor em processos criminais, de financiamentos que não lhes foram concedidos, ou por utilização de estoques que foram verbalmente autorizados a usar, já que não havia como removê-los ou não havia outras fontes de financiamentos. A solução hoje tem que ser mais abrangente. Precisamos salvar o que ainda resta dos agricultores brasileiros, dando-lhes prazos compatíveis ao endividamento — dentro do qual efetivamente possam pagar a conta — e lhes permitam repor esses estoques mediante garantia real. Temos que expurgar os diferenciais do Plano Real e do Plano Collor, bem como juros ilegais, trazendo os números para o efetivamente devido.

Os saldos devedores embutem taxas de juros e índices inflacionários declarados ilegais pelo Superior Tribunal de Justiça.

■ *Quais os caminhos para a recuperação da agricultura?*

— São quatro frentes: recuperação de mercado; solução da dívida e dos estoques; novas fontes de financiamentos com custos adequados, permitindo a reestruturação do setor para que alcance altos índices de qualidade e produtividade; novo modelo tributário que permita condições de competitividade externa, impedindo a importação de subsídios.

CARTAS

Agroecologia

Acabamos de redigir os resultados de um experimento onde colocamos o trabalho de Eliana Viglio como uma das referências. Esta estação experimental dedica-se principalmente — mas não apenas — à cultura da cebola. A área de produção agroecológica é uma novidade entre nós, e vários pesquisadores estão direcionando seus trabalhos para ela, buscando levantar informações válidas e confiáveis. As razões para tanto são as mesmas mencionadas no seu recente artigo sobre o assunto. Por exemplo, temos em andamento um convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, visando a produzir cebola totalmente isenta de pesticidas e adubos sintéticos solúveis. Os resultados iniciais são promissores. O experimento citado enquadra-se tipicamente nessa categoria. Portanto, o propósito desta é tão-somente parabenizá-la pela iniciativa de publicar algo muito bem-feito e ponderado na área de agroecologia e mostrar que está sendo lida, posto que está constando na bibliografia de um trabalho científico.

Aluizio M. Martins
Estação experimental de Ituporanga
Empresa de Pesquisa Agropecuária e
Extensão Rural de Santa Catarina
Ituporanga, SC

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@fgvrj.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho e Iabag), Eliana C. B. Leite, (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Luciana de Sousa Martins, Rakel Lima dos Santos, Rogério Ferreira de Souza, Victor Cezar Santos Teixeira.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021)536-9269 — Fax: (021)536-9207 — e-mail: caique@fgvrj.br
Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tel.: (021) 240-8521 — Tel. e fax.: (021) 220-3823; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV
Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

VISITE NOSSA HOME PAGE
http://www.fgvrj.br

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).
Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Antonio Chavaglia, Arlindo Porto, José Aroldo Gallassini, Paulo César Ximenes, Ricardo Barbosa Alfonsin**
6 **Cartas**
7 **Carta verde**
8 **Agrishow 97**
10 **Especial: Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas?**
Mauro de Rezende Lopes
14 **Especial: Panorama da agricultura 1997**
Luiz Antônio Pinazza
16 **Especial: O rastro da dívida**
Pedro de Camargo Neto
18 **Especial: A ponte para o futuro**
Roberto Rodrigues
20 **Conjuntura do agribusiness:**
20 **Arroz — longe da auto-suficiência**
Eliana Conde Barroso Leite
22 **Feijão — Irecê volta ao cenário nacional**
Eliana Conde Barroso Leite
24 **Milho — quebrando a tradição**
Irene Raguenet Troccoli
25 **Soja — mais uma grande safra**
Fernando Roberto de Freitas Almeida
27 **Máquinas agrícolas — recuperação à vista?**
Maria José Cyhlar Monteiro
29 **Indicador do milho — FGV-BM&F — clima de otimismo**
Irene Raguenet Troccoli, Edgar Costa Filho e Rogério Ferreira de Souza
30 **Café — indicador de competitividade — aumentam as vendas externas**
Luiz O. Araripe e Manoel A. C. Lago
31 **Legislação agrícola**
32 **Índice FGV/ABAG**
34 **IBGE — síntese estatística**
36 **Oferta e demanda**
38 **Panorama agropecuário**
42 **Panorama internacional**
44 **Estatísticas agropecuárias**
51 **Janela aberta**

1997 — a supersafra e as diferenças

O Brasil acaba de colher mais uma supersafra. Conforme o último levantamento da Conab, são 81,18 milhões de toneladas de grãos, 10,4% a mais do que a produção do ano passado ou cerca de 2,5% a mais do que o recorde anterior, obtido em 1995.

O que isso significará para a agricultura — lucro ou prejuízo? Afinal, em 1995 a grande colheita, associada a diversos outros fatores, acabou provocando forte queda das cotações e retração de renda na agricultura, deflagrando o que foi, talvez, a crise mais aguda jamais vivida pela agricultura brasileira.

O novo recorde de produção implicará nova crise? Claro que não! Ao contrário; tudo indica que 1997 será um grande ano para a agricultura brasileira. Talvez até o ano da virada, o momento de superação da crise de liquidez iniciada em meados dos anos 80 com o esgotamento do modelo baseado no crédito rural.

O que há de diferente entre 1995 e 1997? A concorrência desleal dos produtos importados com subsídios na origem permanece presente. A despeito de todo o esforço das lideranças agrícolas, pouco avançamos nesse particular. As taxas reais de juros declinaram um pouco, é verdade. Mas o Brasil continua praticando taxas de juros das mais elevadas do mundo. Os demais elementos do custo Brasil permanecem intocados.

Afinal, o que há de diferente entre 1995 e 1997? De um modo geral, há que se reconhecer, a conjuntura não se modificou de forma significativa. Dois pontos porém merecem reflexão e esperança. Em 1995, o Brasil recém-ingressara na fase, que desejamos definitiva, da estabilidade de preços. Muitos projetavam forte expansão da demanda de produtos mais baratos, como os alimentos. O efeito redistributivo, porém, foi tão forte que a expansão da demanda acabou por concentrar-se em alimentos mais nobres como as proteínas animais. O frango a R$1/kg virou símbolo do real e a agricultura foi celebrada como "âncora verde".

Mas o principal ponto que diferencia as conjunturas de 1995 e de 1997 está relacionado à questão do crédito. A supersafra de 1995 coincidiu com a eclosão da crise da dívida agrícola. A suspensão repentina da principal fonte de crédito à agricultura, associada à concorrência com os importados subsidiados na origem, às taxas de juros, à apreciação cambial então inédita, dentre outros fatores, acabou por determinar preços agrícolas muitas vezes inferiores aos custos de produção.

Mas a crise da dívida agrícola foi resolvida? Certamente não. *Agroanalysis* fez essa pergunta a autoridades e lideranças rurais e apresenta as respostas nas entrevistas desta edição.

É certo que a questão da dívida permanece colocada na mesa do jogo, com certeza atenuada pela securitização e pelos novos instrumentos de financiamento que se desenvolveram desde então. Os juros permanecem altos, o câmbio, apreciado e as importações, com subsídios desgravados. Mas a estabilização monetária não é mais uma novidade e o crédito, escasso e caro, não deve sofrer repentina solução de continuidade.

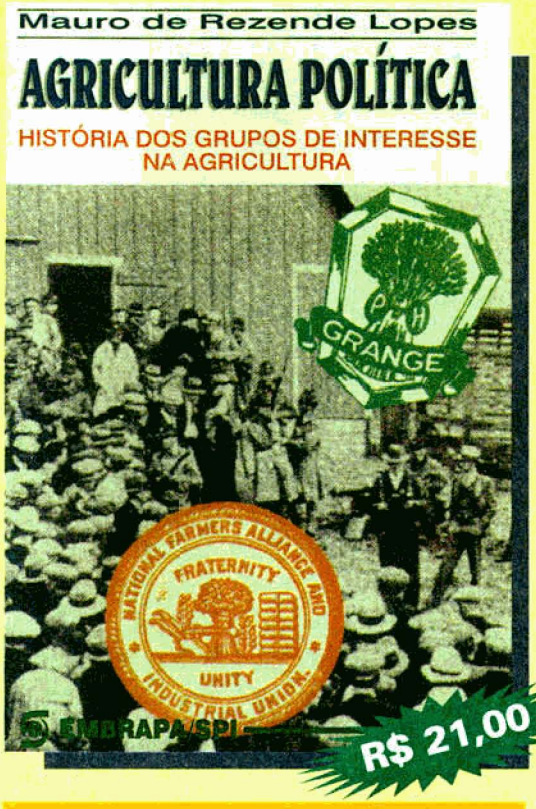
Não há céu de brigadeiro, mas as nuvens mais grossas parecem ter ficado para trás.

Feira de negócios e tecnologia

A Agrishow deste ano, a se realizar de 28 de abril a 3 de maio na Estação Experimental do IAC em Ribeirão Preto, São Paulo, promete uma série de novidades a ser apresentada pelos expositores, que já ocupam toda a área do pavilhão de estandes cobertos. Um novo pavilhão está sendo criado para atender a novas solicitações de espaço.

Dentre os produtos que os expositores irão apresentar na Agrishow 97, com algumas novidades tecnológicas para o setor agrícola, encontram-se:

- da Stihl (051 5884444), nova linha de roçadeiras, com modelos A FS160-semiprofissional e FS230, usada em aclives e declives, capim alto, macegas e arbustos, além de uma nova linha de lavadoras com cinco modelos, com pressão de até 40 vezes a de uma mangueira comum;
- a Technes Agrícola (011 2615422) mostra uma inédita abanadeira mecânica portátil para café que evita as perdas na derrama, estimadas entre 1 e 3% do café colhido quando se faz a abanação manual; e também o bioestimulante Aminon-25 para aplicação foliar, o ativador radicular Amino-Solo e o recuperador de solo Ribumim;
- a Mepel (054 3371414) apresenta seu Daol— distribuidor de adubo orgânico líquido, equipamentos de fertirrigação e tanques coletores de leite;
- da JF Máquinas Agrícolas (091 8638608), teremos uma linha de equipamentos para processamento de forragens, composta de colhedeira, ensiladeiras e desintegradores-picadores;
- a Tecno Moageira (051 344 3080) mostra nova linha de máquinas de pré-limpeza de cereais, com vários aperfeiçoamentos desenvolvidos a partir de sugestões dos usuários, e que estão sendo patenteados;
- a Gil Equipamentos (016 6262800) estará demonstrando o analisador do teor de óleo e de umidade em grãos e sementes não-oleaginosas, desenvolvido pela Embrapa, e que opera com rapidez e sem destruir a semente;
- da Egesel (0800-149844), linha de roupas especiais para aplicadores de defensivos agrícolas, de tecido leve de algodão e hidrorrepelente;
- a Eucatex (011 7291411) lançará os produtos Solomax (matéria orgânica umidificada), Plantax (sistema para formação de mudas), Peters (fertilizantes solúveis para fertirrigação, hidroponia e adubação) e Osmocote (fertilizantes de liberação controlada para vasos);
- da Imasa (055 3327233, ramal 217), nova versão de suas multiplantadeiras da linha MPS para plantio direto e convencional, e dois lançamentos: a linha de plantadeiras de precisão Tecnion e o distribuidor de corretivos e fertilizantes Corrector;
- a R&D Dalla Fina (0243 511196) mostrará a linha Bulldog de vagões misturadores/distribuidores/ensiladores de ração para pequenos, médios e grandes pecuaristas;
- a Monsanto (011 5360446) apresenta mais do que novos produtos: em estande de 1.200m², levará conhecimento técnico sobre a integração agricultura-pecuária, a última palavra em produtividade no campo.



Um Livro sobre a História do Poder Político da Agricultura nos Estados Unidos e na Europa

O livro conta a história, de meados do século passado até os nossos dias, de como os produtores rurais dos Estados Unidos e da Europa construíram o poder agrícola nacional. Um poder indispensável à construção de uma política agrícola que beneficiou muito a sociedade, que a apoiou incondicionalmente. Mas essa política foi sempre benéfica aos interesses dos países? O que aconteceu com a política agrícola, quando o poder político da agricultura fragmentou-se?

Este livro resultou de mais de seis anos de pesquisa nas bibliotecas Thomas Jefferson (Washington), Diretoria Geral VI, da Comunidade Econômica Européia (Bruxelas) e no GATT (Genebra), enquanto o autor participava de missões técnicas nas negociações agrícolas na Rodada Uruguai do GATT.

Mauro de Rezende Lopes é formado em Economia pela UFRJ, com Mestrado pela Universidade Federal de Viçosa e Doutorado pela Universidade de Purdue (Estados Unidos). Fez Pós-Doutorado em negociações internacionais - CASIN (Genebra). Dedicou-se sempre à pesquisa na política agrícola brasileira e no exterior, trabalhando na CFP e na Fundação Getúlio Vargas.

O livro aborda assuntos como:

As grandes organizações agrícolas; a formação do poder político nas organizações agrícolas; os grandes líderes agrícolas; o exercício do poder político: as grandes lutas políticas; a formação do Bloco Parlamentar; a luta política pelas leis agrícolas, pelo comércio exterior e pelo crédito rural; a conspiração da tecnologia; a Lei Agrícola de 1961; o interesse organizado do agribusiness*; as alianças estratégicas; a força do poder agrícola organizado; a ação política na Presidência, no Legislativo e no Judiciário; a conspiração da ideologia e o enfraquecimento da agricultura; o advento dos grupos de pressão por produto; o fracasso das organizações agrícolas: a decadência; Epílogo: o poder, o Estado e a corrupção política.*

Para maiores informações, contatar:

Serviço de Produção de Informação - Embrapa
SAIN, Parque Rural, Av. W3 Norte (final) 70770-901, Brasília - DF
Fone: (061) 348-4236 - Fax: (061) 272-4168

Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas?

MAURO DE REZENDE LOPES

A composição de dívidas não atingiu cerca de 15 mil produtores que têm débitos de R$8 bilhões. Em áreas do Centro-Oeste, cerca de 80% dos produtores não tiveram seus créditos repactuados. O mesmo ocorreu nas lavouras de arroz do Rio Grande do Sul (inclusive devido a ações na Justiça). Muitos produtores tiveram R$200 mil securitizados e o que ultrapassou este montante foi financiado a TR+12%, ou a outros encargos. Para esses produtores, a situação é muito difícil: por não conseguirem pagar a parcela financiada adicional, não conseguem pagar a parte securitizada.

Os produtores têm financiamentos junto a instituições do comércio ou fornecedores de insumos (para pagar na safra); junto a empresas (para pagar em produto) ou, como a grande maioria, têm financiamentos de custeio, junto ao Banco do Brasil (TR+11%) ou financiamentos a juros comerciais do passado (na melhor das hipóteses, com TR+12,5%); financiamento no sistema de composição de dívida do Plano Collor (TR+12,5%) e junto ao Finame (TR+10%, em 1993 e 1994, e TJLP a partir de então).

Se não houver solução para o impasse da dívida, cerca de 15 mil produtores deverão abandonar a produção. Para eles, a securitização apenas adiou o problema da liquidação da dívida.

Sem maiores cálculos financeiros, pode-se dizer que este produtor não tem condições de saldar suas dívidas. A evolução dos preços não poderá compensar a parte real dos empréstimos. Os preços e a produtividade não permitem, em termos de evolução prospectiva, o pagamento desses empréstimos. Nas condições atuais, a agricultura não rende uma taxa de retorno de 12% ao ano. Basta ver a evolução dos preços nos últimos anos. Os quadros em anexo mostram que, se o futuro repetir o passado — porquanto não há indicações de reversão dos padrões de queda generalizada de preços de commodities —, a evolução dos preços não permite pagar empréstimos com juros reais de 12%. Na primeira tabela da página seguinte está a evolução dos preços dos produtos agrícolas: a última coluna mostra que a tendência é de queda secular de preços. A segunda tabela por sua vez mostra uma tendência secular de queda de renda bruta. Como pagar essas dívidas, sem preços e sem produtividade?

Só há — é preciso assinalar — uma possibilidade que atenuaria muito a situação do produtor: a radical eliminação de impostos combinada com a não menos radical eliminação do custo Brasil.

Mas as soluções radicais, que vão com rapidez à raiz dos problemas, não são o forte deste país. A eliminação do ICMS na exportação foi uma eliminação radical, diga-se de passagem, mas é muito pouco provável que a medida tenha sido tomada em função da agricultura. A permanência daquele imposto era uma ofensa ao bom-senso e onerava outras exportações. A situação da agricultura não impulsionará mudanças radicais no custo Brasil.

Há, ainda, além da redução do custo Brasil, a possibilidade de um ajuste no câmbio (tão remota quanto a redução desse custo). Mas o câmbio também já matou a atividade agrícola. O câmbio de R$0,86 deixou marcas indeléveis nessa dívida do passado. Melhorou na safra 1994/95, quando atingiu algo como R$0,95. E continua matando quem exerce a atividade agrícola neste país. A agricultura tem seus dois preços essenciais, juros e câmbio, severamente distorcidos. Não há solução para o problema do impasse do endividamento na produtividade e na administração financeira.

O que os produtores podem financiar? Podem refinanciar, na linha da MP nº 2.164/95, as dívidas vencidas em 1995 nas seguintes condições: a) no custeio agrícola, 30% do saldo devedor, em dois anos, em equivalência-produto e sem juros; b) dívidas com o

Preços recebidos pelos produtores

R$ de outubro de 1996

Período/produto	1981-85	1986-90	Variação %	1991-95	Variação %	Variação total %
Algodão	1,16	0,78	-32	0,52	-34	-55
Arroz	0,55	0,34	-38	0,28	-19	-50
Café	1,68	1,81	8	0,91	-50	-46
Açúcar	33,92	19,21	-43	15,63	-19	-54
Cebola	0,81	0,64	-21	0,43	-33	-47
Feijão	1,59	1,06	-34	0,78	-26	-51
Laranja	5,20	4,41	-15	2,81	-36	-46
Mandioca	0,12	0,09	-29	0,07	-22	-45
Milho	0,34	0,24	-31	0,17	-27	-50
Soja	0,53	0,39	-27	0,25	-36	-53
Trigo	0,59	0,38	-36	0,17	-54	-71

Fonte: IBRE/CEA.

Variação da renda bruta das explorações

Milhões de R$ de outubro de 1996

Período/produto	1981-85	1986-90	Variação %	1991-95	Variação %	Variação total %
Algodão	2.356	1.614	-31	820	-49	-65
Arroz	4.828	3.532	-27	2.828	-20	-41
Café	5.457	4.729	-13	2.246	-53	-59
Açúcar	6.872	4.954	-28	4.282	-14	-38
Cebola	563	495	-12	398	-20	-29
Feijão	3.787	2.447	-35	2.225	-9	-41
Laranja	3.250	3.418	5	2.656	-22	-18
Mandioca	2.778	2.007	-28	1.566	-22	-44
Milho	7.112	5.589	-21	5.133	-8	-28
Soja	8.106	6.973	-14	5.262	-25	-35
Trigo	1.549	2.060	33	402	-80	-74
Total	52.603	43.157	-18	31.869	-26	-39

Fonte: IBGE para produção; IBRE/CEA para preços recebidos pelos produtores.

Finame, 50% da parcela vencida em dois anos, com TJLP + juros do contrato; c) os demais empréstimos na carteira rural, 30% da parcela por dois anos, com TJLP sem juros. Finalmente, há a possibilidade da securitização, com prazo variável de até 10 anos, com um ano de carência, com pagamento no regime de equivalência-produto ou em dinheiro, com juros de 3%. A dívida remanescente será repactuada, se o produtor gravar grande parte do seu patrimônio, oferecido como garantia real (hipoteca), a TR+12%. Da mesma forma, não é necessário fazer muitos cálculos financeiros com simulações dos preços e evolução da dívida para verificar que existe um impasse muito claro entre a capacidade de pagamento da dívida e o estoque da mesma.

Vários estudos provam que a maioria dos produtores no Centro-Oeste (grãos) e no Sul (arroz) tem uma dívida remanescente, na melhor das hipóteses, maior do que o patrimônio em máquinas; que foi escolhido na comparação porque é o único item do patrimônio dos produtores cujo valor simplesmente não despencou (como o valor da terra, por exemplo). Essa situação só é válida, é preciso assinalar, para o produtor que tiver contraído apenas dívidas normais de produção, que formaram a bola-de-neve com os juros do passado (enquanto os preços caíram).

Para esses produtores, o melhor é vender as máquinas e o patrimônio pessoal, quitar a dívida e deixar a agricultura, pois se insistirem em continuar plantando, sua dívida crescerá indefinidamente, sem possibilidade de pagamento, até consumir todo o seu patrimônio. Há um número muito grande de produtores nessa situação. Se não for encontrada uma solução para o impasse, cerca de 15 mil produtores deverão abandonar a produção em nome des-

se processo de endividamento consumptivo. Para eles, a securitização apenas adiou o problema da liquidação da dívida.

Não é preciso fazer nenhum exercício de matemática financeira para entender que, para esses produtores, a solução é uma securitização plena — e isso mesmo para manter o prejuízo estável (crescendo lentamente) ao longo dos anos em níveis aceitáveis. Por prejuízo estável e aceitável entende-se um crescimento lento do saldo devedor dos empréstimos, com o serviço da dívida próximo do que foi pactuado, em condições aceitáveis para o produtor e o agente financeiro. Mas, aí está o impasse: o governo resistiu e resistirá muito antes de adotar a securitização plena.

Problemas no rastro da securitização

E quanto aos 189 mil produtores restantes, que securitizaram suas dívidas, até o limite de R$200 mil? Em outubro do corrente ano, vence a primeira parcela da dívida, depois dos dois anos de carência. Bem, para estes a situação tem alguns pontos muito desfavoráveis:

O estoque da dívida foi convertido com base no preço mínimo. No caso do milho, a conversão foi feita a um preço mínimo (muito baixo) de R$6,30/sc. Uma dívida de R$100 mil, por exemplo, convertida a R$6,30, equivale a 15.873 sacas. Pouco depois, o preço mínimo do milho foi reajustado para R$6,70/sc. Se a base da conversão tivesse sido esse novo preço mínimo, a quantidade de milho correspondente àquela dívida de R$100 mil cairia para 14.925. Ou seja, a conversão da dívida por um preço mínimo muito baixo implicou a majoração da dívida em 0,9%.

Mas afeta os demais securitizados que optaram pela base milho na composição, tais como suinocultores, avicultores, produtores de cacau, café, cana, laranja, alho, tomate etc., que terão que desembolsar mais dinheiro na compra de milho para pagar suas dívidas. Se o preço mínimo começar a aumentar a cada ano, a situação desses produtores vai se complicar muito.

No caso da soja, os produtores terão menos problemas em termos relativos, porquanto os preços mínimos foram reduzidos (60% do preço de mercado) mas o mercado paga bem e o produtor vai optar por pagar em dinheiro.

O maior problema está no milho e no arroz, cujos mercados estão colados e abaixo do mínimo. Teoricamente, no caso do milho, o produtor pode pagar em produto. E no caso do arroz, mesmo com toda a indefinição do mercado, é possível pagar em dinheiro (o arroz está cotado no Rio Grande do Sul de R$12/sc, contra um mínimo de R$10,50/sc). Os produtores podem até pagar a primeira parcela, mas suas dificuldades crescerão cada vez mais.

Os 3% de juros reais significam que, ou o produtor terá que aumentar sua produtividade 3% ao ano, ou o mercado terá que gerar preços anuais cumulativamente mais altos para compensar a capitalização de 3% ao ano. Isto é: é preciso que, em uma securitização de sete anos, ou a produtividade cresça mais ou menos 22% ou os preços internacionais cresçam os mesmos 22%. A possibilidade de isto acontecer é remota.

Além da questão do fluxo de serviço da dívida, há o problema não-resolvido do estoque da dívida. A Comissão de Recálculo acabou não desempenhando o papel a ela reservado. Muitos produtores assinaram o termo de adesão na esperança de que os cálculos fossem justos e acertados, ou fossem revistos. Há cerca de 3 mil pedidos de revisão. O Banco Central ficou de arbitrar as disputas entre os agentes financeiros e os produtores, criando uma metodologia apropriada, o que até agora não foi feito. Sobre as dívidas anteriores a 1991, pesam muitas dúvidas de metodologia. O estoque da dívida é uma limitação ao seu próprio serviço.

Há defeitos graves de concepção: o número de anos de repagamento é uma variável endógena ao processo. Por outras palavras, deve ser determinado de acordo com o montante do serviço da dívida (inclusive em produto) em relação à produção do agricultor. Um número reduzido de anos para pagar a dívida ou um estoque de dívidas majorado por adicionais, de tal forma que comprometa uma quantidade relativamente grande de produto, pode não ser factível. Nesse caso, o produtor não paga, porque o serviço da dívida compromete a renda (e o número de sacas de milho e arroz). Os sete anos concedidos para o pagamento, na maioria dos casos, foram arbitrários. Deveriam ser estabelecidos tecnicamente.

É preciso não esquecer no entanto que essa dívida terá que ser paga. Mas as condições têm que ser viáveis. Nesta hora, como na safra passada, restringir o crédito porque as garantias dos produtores estavam comprometidas pela securitização é um grande equívoco. É preciso que se cumpra o que foi estabelecido e que sejam dadas condições aos produtores para que paguem suas dívidas.

BANCO DE DADOS
DATABANK

O Banco de Dados é um núcleo de prestação de serviços de informação econômica.

Serviços

ARIES ON-LINE
Acesso a séries históricas através da Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

CONJUNTURA ELETRÔNICA
Fornecimento em disquete de séries históricas com sistema de recuperação.

ARIES AVULSO
Atendimento via fax ou e-mail a solicitações que vão de um único dado até pesquisas sobre temas específicos.

ARIES ALERTA
Disseminação automática de dados escolhidos pelo cliente.

CÁLCULOS FINANCEIROS
Atualização de valores segundo diferentes índices, taxas, prazos e cláusulas contratuais.

The Databank is a provider of different kinds of information services.

Services

ARIES ON-LINE
Access to time series through the Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

CONJUNTURA ELETRÔNICA
Time series on diskette including retrieval system.

ARIES HARD COPY
Fax or e-mail answers to data requests ranging from a single information to specific searches.

ARIES ALERT
Automatic update of time series previously chosen by the client.

FINANCIAL CALCULATIONS
Time value of money according to different indexes, interest rates, periods and contractual clauses.

CLIENTES / *CLIENTS*



FGV/IBRE/BANCO DE DADOS
Praia de Botafogo 190 sala 830 CEP 22253-900 Rio de Janeiro RJ
Tels (021) 551-9099 / 536-9346 Fax (021) 536-9486 E-mail: bdados.fgvrj.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Panorama da agricultura 1997

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

A globalização, a abertura de mercado e a estabilização de preços com o Plano Real, três macroprocessos em curso na economia brasileira, têm tido tremendo impacto na reestruturação e reorganização do agribusiness no país. Tudo acontece de forma abrupta e não gradativa. A velocidade da mudança é tal, que os tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada encontram dificuldade para fazer com que seus planejamentos captem a idéia de pensar globalmente e agir localmente.

Os agronegócios internos estão prestes a enfrentar a revolução tecnológica, financeira e comercial da economia internacional. A alternativa é seguir a nova ordem ditada pela competição, que passa pela redução do custo, aumento da produtividade, novas tecnologias e achatamento das margens. Não há como remar na contramão.

O país importa também produtos de alto valor agregado e não só matérias-primas básicas. Na conta do agribusiness, muitas vezes se esquece de considerar o valor da importação dessas mercadorias.

Em 1996, tomando por base os mais importantes produtos agropecuários do agribusiness, o saldo entre exportação e importação foi positivo; não foi contudo aquele divulgado nas rodas informais, de R$10 bilhões, e sim de R$4,1 bilhões. Quem visita as gôndolas dos supermercados, verifica que o país importa também produtos de alto valor agregado e não apenas matérias-primas básicas (grãos de arroz, algodão, milho etc.). Na conta do agribusiness, muitas vezes se esquece de considerar o valor da importação dessas mercadorias.

Os países desenvolvidos são bem prudentes na abertura de seus mercados. Uma prova disso está no acordo da Rodada Uruguai, da Organização Mundial de Comércio. Eles propuseram prazos de seis a 12 anos para realizarem as adaptações necessárias em suas agriculturas. Lá a malha protecionista é fortíssima. Os agricultores dos EUA por exemplo devem 90% dos US$175 bilhões que faturam bruto por ano, em operações para serem quitadas a longo prazo e a baixo custo. No Brasil, essa taxa não passa de 25%, mas o estrago é grande, pois a dívida é de curto prazo e alto ônus para o produtor.

Já a estabilização dos preços conseguida pelo Plano Real, um grande anseio nacional, trouxe aumento substancial do consumo de alimentos. A agricultura, porém, dá uma contribuição significativa para essa conquista. Basta registrar que, até agora, em mais de 30 meses de Plano, enquanto as taxas medidoras da inflação convergem para 60%, a cesta básica de alimentos calculada pelo Dieese varia entre R$106 e R$108. A transferência de renda da produção para o consumo é brutal.

Nessa linha de raciocínio, a securitização das dívidas dos agricultores de 1996, que remontam a mais de R$7 bilhões, é mais do que justificável: é mera oxigenação no fluxo de caixa, diante das perdas que o setor agrícola teve com o programa de estabilização de preços. Uma compensação muito sovina, aliás, quando comparada com os recursos absorvidos pelo Proer, de seis a sete vezes superiores.

No que se refere à proteína animal, a tendência é de crescimento da produção em compasso com o ritmo de expansão do PIB e da exportação. O cenário é bom. Com a recuperação quantitativa da safra de milho, a pressão de custo fica fraca e a rentabilidade melhora. Adicionalmente, tudo leva a crer que o desempenho satisfatório das vendas externas em 1996 se repetirá neste ano. Algumas importantes agroindústrias projetam que a oferta de carne deverá crescer entre 2,5 a 4% em 1997.

Por sua vez, sem políticas públicas e instrumentos de mercado que acenem perspectivas de longo prazo, a atual produção de cereais e oleaginosas da safra oscila em cerca de 80 milhões de toneladas, variando de acordo com a fonte estatística. É difícil compreender por que esse número é citado com ufanismo. A atitude cabível é de dúvida sobre se esse volume será mesmo de causar admiração, em um país de 150 milhões de pessoas. A Argentina,

Luiz Antônio Pinazza é gerente de negócios da Agroceres.

com 1/5 dessa gente, está colhendo 50 milhões de toneladas.

Brasil — renda bruta de cereais e oleaginosas
R$ milhões

Produto	1995	1996	1997*
Algodão em caroço	590	490	450
Arroz em casca	2.200	2.000	1.900
Milho	3.520	3.800	3.800
Soja	3.800	5.070	5.700
Trigo	220	560	460
Total	10.330	11.920	12.310

* Estimativa preliminar.

Na verdade, o campo está longe de transmitir o otimismo tão peculiar de outros tempos. As seguidas crises de liquidez e renda dos últimos anos fizeram com que prevalecessem a desconfiança e um realismo maior que o do rei. Em termos de área e de faturamento, a grande vedete é a soja, embalada pelas boas cotações vigentes no mercado internacional, com rentabilidade bem favorável. De resto, as áreas das demais lavouras ficaram estáveis ou caíram. A situação do algodão e do trigo é equiparável ao fundo do poço.

Para o milho, a prova de fogo será livrar-se de preços aviltantes durante o primeiro semestre. Com uma produção inferior, demanda crescente e estoques de passagem insuficientes para um mês de consumo, serão necessárias importações e os preços tenderão a aquecer-se na entressafra. Essa conjuntura poderá se agravar para 1998, caso o produtor não tenha uma remuneração adequada na presente comercialização. O governo promete medidas para evitar tal situação. O arroz, em menor intensidade, se encontra na mesma condição.

Enfim, tomando os principais grãos, a renda poderá crescer 5%, devido unicamente à soja. Esse incremento é teoricamente menor que a quantia envolvida para quitar a primeira parcela da securitização. O quadro é de melhoria em relação à *débâcle* de 1995, mas é pouco provável que haja poupança para a retomada dos investimentos. A expectativa é de que agora, uma vez tendo o Plano Real se consolidado, a agricultura seja de fato contemplada com uma política setorial moderna para tender a segurança alimentar e o fortalecimento do agribusiness nacional.

Brasil — importações agropecuárias
US$ 1 mil

Principais produtos	1995	1996	Variação %
Origem animal	1.271.222	1.392.950	-8,74
Origem vegetal	3.154,191	2.663.756	18.41
Gorduras, óleos e ceras	383.987	379.068	1,30
Peles e couros	220.028	246.177	-11,00
Madeiras e cortiça	96.258	69.465	-38,57
Celulose e papel	1.369.829	1.371.023	-0,09
Matérias têxteis	2.307.867	2.291.094	0,73
Calçados e chapéus	250.308	244.076	2,55
Total	9.053.690	8.657.609	-4,37

Brasil — exportações agropecuárias
US$ 1 mil

Principais produtos	1995	1996	Variação %
Complexo soja	3.798	4.400	15,8
Café	2.426	2.136	11,9
Laranja	1.105	1.417	28,2
Açúcar	1.919	1.700	11,4
Cacau	157	211	24,4
Carnes	1.195	1.405	17,6
Fumo	1.171	1.550	32,4
Total	11.771	12.819	8,9

O rastro da dívida

PEDRO DE CAMARGO NETO

Houve um tempo em que contratar crédito rural era vantajoso. Não havia correção monetária. O crédito era o principal instrumento de indução à política da época, promovendo a utilização de insumos modernos, a mecanização agrícola e a genética melhorada. O aumento da inflação, aliado à modernização das contas públicas, acabou com o crédito rural subsidiando, aos poucos, todas as regiões do país, e para todos os agricultores, estabeleceu-se a indexação.

Seguiram-se planos heterodoxos. No momento em que se perdia o controle da economia, passava-se a manipular índices, desestruturando preços relativos, transferindo renda de um setor para outro, alterando reajustes salariais, descasando ativos e passivos, arbitrando perdas para segmentos da sociedade.

Tivemos o Plano Cruzado. O crédito rural não ficou de fora. Descasou o ativo do passivo do agricultor, levando a classe rural a se mobilizar e aprovar no Congresso Nacional legislação transferindo para o Tesouro a diferença de índices. O que para os salários é conhecido como reposição salarial por plano econômico, no crédito rural ficou conhecido como anistia, quando não calote.

O que para os salários é conhecido como reposição salarial por plano econômico, no crédito rural ficou conhecido como anistia, quando não calote.

No fim da década de 80, tivemos o Plano Verão e outro descasamento. O ano de 1990 iniciou-se com o Plano Collor. Desta vez a criatividade foi imensa. Realizou brutal reforma patrimonial no setor. Mantiveram o IPC, que expressaria uma inflação passada, desvincularam o BTN e criaram a TR, chamada na época de inflação presente. Ficou tudo de cabeça para baixo.

Os contratos com origem de recursos no Tesouro ficaram sem correção; aqueles com recursos das exigibilidades bancárias, com pouca correção; e os da caderneta verde de poupança, dependendo da data de aniversário do contrato de crédito, com até mesmo duas correções.

Os bancos privados procuraram acordos. O descasamento não era tão grande e, sendo a origem dos recursos os depósitos à vista, o ajuste ficava mais fácil. Os contratos da caderneta verde eram problemáticos. Criou-se o mata-mata e as dívidas foram sendo empurradas para depois, sempre acrescidas de taxas, juros, quando não multas. Um lado fingia que pagava e o outro que recebia.

O fantasma da anistia inviabilizou qualquer acordo durante cinco anos. Centenas de reuniões e uma CPI foram insuficientes. O Plano Real — embora não tenha manipulado os índices por meio da criativa URV — maximizou o juro real, aumentando o endividamento do setor.

Finalmente, o Banco do Brasil verificou que era o principal prejudicado pelo impasse. Pressionou o governo e chegou-se à securitização, acomodando pelo menos por enquanto essa enorme confusão.

No decorrer desse processo, o setor rural amadureceu. Afastou-se do crédito, reduzindo seu grau de endividamento. Desenvolveu o contrato de soja verde, pai da CPR (cédula do produto rural). Recentemente, o acesso a recursos externos tem representado o grande alento para a manutenção da produção.

Durante os anos de impasse, a expressão equivalência-produto simbolizou a luta contra o descasamento do ativo com o passivo. Dois principais tipos de equivalência-produto foram apresentados: a plena — que repassaria para o Tesouro todo o risco, representando uma grande intervenção nos mercados agrícolas — dificilmente seria cumprida, embora tenha sido desejada por muitos; e a Lei Agrícola nº 8.171, que introduziu a equivalência de indexação entre os preços mínimos e o crédito.

Mesmo com a chegada da estabilidade, o agricultor procura algum tipo de equivalência-produto. Existe a consciência do elevado grau de risco nos mercados agrícolas. A transformação de sua responsabilidade futura em produto, sua moeda, é almejada.

A redução do risco do agricultor é essencial. É preciso aumentar a produção com a rapidez possível e necessária com capitais de terceiros. A saída é acoplar o mercado futuro a um instrumento de crédito, criando a equivalência-produto de mercado.

Também na área do risco climático será preciso avançar. O seguro climático ainda está para ser desenvolvido, pois o Proagro, mesmo renovador, está longe de oferecer segurança para quem produz.

Pedro de Camargo Neto, doutor em engenharia de produção, é presidente do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo (Fundepec).

Agroanalysis: a revista mais adequada aos interessados no Agribusiness



Uma visão de negócios necessita do instrumento adequado

Agroanalysis é a única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Opções de pagamento

- ❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
- ❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
- ❑ Cartão de crédito

Solicito

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão nº ..... validade .....

CH

Central de Atendimento ao Assinante
— Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948

A ponte para o futuro

ROBERTO RODRIGUES

A questão dos investimentos estrangeiros no campo brasileiro tem ainda muito de boas intenções e pouca objetividade. Fatores ligados ao custo Brasil (sobretudo custos de logística, tributação e custos financeiros), à política cambial e às regras do comércio internacional continuam inibindo a vinda de capitais para cá.

O presidente da França, Jacques Chirac, passou pelo Brasil como um foguete e falou claramente da necessidade de melhorar as relações comerciais de seu país com o nosso, na área agrícola. E deu o mote: "a produção mundial de comida deverá dobrar em 25 anos, e o Brasil é um dos poucos países com fronteira para atender a essa demanda". Palavras à parte (até porque a França é campeoníssima de subsídios a seus agricultores, o que na verdade reduz as chances de ampliar nossas exportações para lá), Chirac já programa para o final deste ano um evento para discutir reais possibilidades de mexer no intercâmbio.

Há um impressionante fluxo de empresários e líderes oficiais de outros países procurando parcerias brasileiras.

O interesse do presidente francês não é gratuito. Há um impressionante fluxo de empresários e líderes oficiais de outros países procurando parcerias brasileiras. Várias delegações de chineses buscam acordos que lhes garantam suprimento alimentar para o futuro, dado o crescimento do poder aquisitivo de seu povo e conseqüente aumento de demanda de alimentos. Mais recentemente, empresários coreanos de grande porte estão sondando as possibilidades de investir na economia primária em nosso país.

O governo brasileiro está negociando com o japonês, através da Campo, uma terceira fase do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer). Trata-se de um excelente acordo, pelo qual a Campo — uma binacional de propriedade da Brasagro, *holding* brasileira mista com 51% do capital da Campo, e da Jadeco, empresa japonesa com 49% do capital — já promoveu a abertura de mais de 300 mil hectares de cerrado em Minas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão, mediante o assentamento de agricultores selecionados por cooperativas preexistentes. É um modelo que chama a atenção pelo sucesso rápido, que só não é absoluto por causa dos percalços econômicos dos agricultores, resultantes dos planos de estabilização econômica a partir de 1986.

O Itamaraty, por sua vez, finalmente se empenha com vigor na defesa da agropecuária: o chanceler Luís Felipe Lampreia, na reunião da OMC realizada em Cingapura em dezembro passado, manifestou a posição oficial de retomar com rapidez as discussões sobre a redução do protecionismo dos países desenvolvidos. E agora, pouco antes do início das discussões da Alca, em maio próximo em Belo Horizonte, reitera o Itamaraty, ao mesmo tempo em que defende algum protecionismo para a indústria, a necessidade de que os norte-americanos baixem a guarda no caso das tarifas ou quotas para importação de produtos agrícolas do Brasil.

Fase rósea para a agricultura?

Além de escaramuças na área externa, que sinalizam boas perspectivas, na área interna se anuncia nova supersafra de grãos, da ordem de 82 milhões de toneladas. Exageros à parte (afinal, ainda é muito cedo para avaliar a safrinha de milho, safra de inverno ou do Nordeste), fica evidenciado um crescimento da produção de grãos do Centro-Sul, resultante do aumento do uso de fertilizantes e das boas condições do clima. É bem verdade que o volume maior de safra não significa grande coisa para os produtores rurais, aos quais interessa mesmo é melhorar a renda. Mas até aí, fora os preços do milho, há boa chance. E por último, há a melhoria dos preços do café, do açúcar e do suco de laranja.

Todos esses dados fazem supor uma fase rósea para a agricultura e o agribusiness brasileiro. Infelizmente, isso ainda é apenas aparência. É evidente que muitos agricultores capitalizados ganharão dinheiro em 1997, assim como produtores de soja e cafeicultores que ainda têm café.

Mas não se pode generalizar. Há outros dados. Aliás, precisamos ter claro que nenhum país vai se dispor a ajudar o Brasil porque somos simpáticos: há uma dura guerra por mercados em todo o mundo, e se o Brasil não se ajudar a si próprio, não será fácil vencê-la. Não existem aliados gratuitos.

Em primeiro lugar, a questão dos investimentos estrangeiros no campo brasileiro tem ainda muito de boas intenções e pouca objetividade. Fatores ligados ao custo Brasil (sobretudo custos de logística, tributação e custos financeiros), à política cambial e às regras do comércio internacional (juros baixos e prazos longos favorecem o importador brasileiro em detrimento do produtor nacional) continuam inibindo a vinda de capitais para cá.

Em segundo lugar, embora seja visível a mudança de atitude do Itamaraty em relação ao campo, a verdade é que continuamos sendo discriminados no Mercosul com tarifa externa comum inadequada, sem harmonização de políticas setoriais ou macroeconômicas e sem estudos competentes de reconversão.

Em terceiro lugar, há o brutal endividamento de milhares de agricultores que ainda não foi resolvido. A securitização, mera oxigenação, começa a vencer em setembro e não há como saldar as dívidas. Algo precisa ser feito até julho para impedir nova onda de desespero.

Por último, a inquietação provocada por invasões de terras orquestradas pelo MST e outras entidades — e pior, o inacreditável suporte que a violência vem recebendo da sociedade (em nome da reforma agrária, esta é até admissível por questões sociais) — sem dúvida não é um atrativo para investir em produção rural no Brasil.

Some-se a tudo isso um conjunto de fatores laterais — legislação trabalhista, questões ambientais, desorganização privada — que também retiram a competitividade dos produtores rurais do Brasil, e será muito fácil compreender que, sob a superfície aparente de ventura descrita na primeira parte deste artigo, está uma dura realidade de perdas e de horizontes pouco animadores.

O Fórum Nacional da Agricultura está discutindo justamente esses temas e preparando um futuro de política econômica mais bem estruturada para a lavoura.

Mas nada funcionará se não ocorrerem rapidamente as reformas nas quais está empenhado o governo. Sem elas não se reduzirá o custo Brasil e tudo será inútil.

E, mais urgente ainda, é preciso resolver a crise da dívida, esta sim, sem precedentes, e sobre a qual os produtores não têm a menor responsabilidade. Nesse caso, dois pontos precisariam ser analisados: o recálculo das dívidas e a possibilidade de pagá-las com TDA, pelo valor de face. Talvez pudéssemos então equacionar melhor o presente, fruto de um passado cheio de manobras governamentais, na área financeira, que destruíram a renda do campo. E resolvido este presente, dá para ter confiança no futuro. Até porque o futuro não interessa aos mortos.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo, presidente da Aliança Cooperativa Internacional para as Américas e professor de economia rural na Unesp, Jaboticabal, São Paulo.

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE:

GERENTE COMERCIAL:
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO:
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

BRASÍLIA:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

RIO DE JANEIRO/DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 salas 417/418
CEP 25010-140
Tel.: (021) 240-8521
Tel. e fax: (021) 220-3823

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

SAFRA DE VERÃO

Arroz — longe da auto-suficiência

A safra deverá encolher 5% em relação à de 1996. O acentuado déficit na relação produção/consumo poderá ajudar na sustentação dos preços ao produtor, embora medidas de proteção se façam necessárias. As importações seguem elevadas.

Na maior parte das regiões produtoras do país, a colheita começará a partir do dia 15 de março, tanto para o arroz irrigado quanto para o arroz de sequeiro.

No fim de fevereiro, em algumas localidades como a importante fronteira oeste gaúcha, a colheita já havia se iniciado e, embora os preços nessas regiões estivessem na ocasião acima do preço mínimo, sofreram sensível queda tão logo se iniciou a safra, o que chamou a atenção dos analistas como prenúncio do que pode vir a ocorrer em todas as regiões produtoras durante a delicada fase de colheita/comercialização.

Para o governo, a situação nos últimos meses foi bastante cômoda, na medida em que os preços no nível do produtor reagiam e essa variação não era transmitida na mesma proporção para o varejo. Ao contrário, os preços no varejo se mantiveram estáveis, colaborando para o sucesso da política antiinflacionária, tendo em vista o peso dos preços de produtos básicos ao consumidor na composição dos vários índices que medem a inflação no país. Os leilões do governo revelaram-se eficazes: foram feitos de forma gradual e atingiram seu objetivo final. Não deprimiram preços ao produtor e impediram uma suave tendência de alta no varejo. Por conta disso, é bem possível que estes estoques "gastos" venham a ser repostos, o que em si já beneficia o produtor. Segundo a Fipe, nos últimos cinco meses o governo leiloou cerca de 670 mil toneladas do produto (irrigado e sequeiro).

De olho nas ações do governo

Em março se intensifica a colheita do arroz irrigado na região Sul e as atenções dos produtores rurais se voltam para o governo, na expectativa de que sejam anunciadas medidas de sustentação do mercado. Os produtores rurais temem que, com a entrada da safra, os preços caiam abaixo do limite do preço mínimo de R$10,53 estipulado para a atual temporada.

Até agora, a única medida concreta para amparar a comercialização nesta fase inicial de safra foi o encerramento no final de fevereiro dos leilões governamentais. Por enquanto, o governo não confirma o uso do contrato de opção para o arroz, que somente deverá ser implantado no ano que vem, mantendo a intenção governamental, nesta safra, de lançar mão desse instrumento apenas para amparar o milho. (Dada a estabilidade de sua oferta anual, o arroz irrigado já deveria ter aperfeiçoado mecanismos mais modernos de comercialização. Para maior esclarecimento com relação aos contratos de opção, veja o artigo sobre milho na pág. 29.)

Os produtores rurais estão apreensivos e atentos às medidas do governo, que julgam fundamentais para evitar a queda dos preços. A Conab, no entanto, prevê que poderão se repetir este ano as compras do governo via Irga, bem-sucedidas no ano passado, cabendo a cada produtor rural uma quota de cerca de 2 mil sacas.

A cinco dias da data oficial da abertura da colheita gaúcha, em 15 de março, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura também confirmou a intenção de implantar o sistema de compras governamentais via Irga, cotadas pelo preço mínimo sem direito à recompra.

O governo tenciona, além disso, liberar recursos para EGF-cov (empréstimos do governo federal sem opção de venda), no total de R$200 milhões, para os orizicultores gaúchos. Com alto grau de articulação e algum poder de pressão, estes estão otimistas com as medidas governamentais.

Brasil é o grande comprador no Mercosul

Os últimos levantamentos de campo feitos pela Conab indicam que o quadro de produção e demanda para o arroz deverá permanecer deficitário em 1997, o que exigirá elevadas importações este ano.

A produção deverá encolher 5% em relação a 1996, totalizando 9,54 milhões de toneladas, o pior desempenho nestes anos 90, de acordo com a Conab. As importações deverão atingir até 1,5 milhão de toneladas. Segundo a Fearroz, Argentina e Uruguai poderão disponibilizar para o Brasil na temporada atual cerca de 1,2 milhão de toneladas.

Arroz — dados relativos a Argentina e Uruguai

Item	Argentina	Uruguai	Total
Estoque inicial	20	15	35
Produção	1.085	950	2.035
Suprimento	1.105	965	2.070
Consumo interno	390	95	485
Excedente	715	870	1.585

Fonte: *Agromercados.*

Brasil — arroz em casca — quadro de suprimento
Em mil t

Ano/safra	Qtde. inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Excedentes	Exportação	Est. passagem
1990/91	2.147,30	9.996,80	1.296,60	13.440,70	11.220,00	2.220,70	2,1	2.218,60
1991/92	2.218,60	10.102,80	732,3	13.053,70	11.332,20	1.721,50	5,1	1.716,40
1992/93	1.706,40	9.902,80	880,9	12.500,10	11.445,50	1.054,60	5,7	1.048,90
1993/94	1.048,90	10.522,80	1.565,50	13.137,20	11.560,00	1.577,20	3,9	1.573,30
1994/95	1.573,30	11.237,30	978,6	13.789,20	11.617,80	2.171,40	34,7	2.136,70
1995/96	2.136,70	10.042,30	1.100,00	13.279,00	11.675,90	1.603,10	5,0	1.598,10
1996/97	1.598,10	9.547,20	1.500,00	12.645,30	11.734,30	911,00	5,0	906,00

Fonte: Conab.

Produção gaúcha é a menor dos últimos cinco anos

De acordo com o Irga, a área plantada no Rio Grande do Sul deverá sofrer uma redução apenas discreta (3,2% inferior à safra 1995/96).

A produção gaúcha, responsável em 1996 por 42% da produção nacional, deverá, segundo o IBGE, ser a menor dos últimos cinco anos, atingindo cerca de 4,1 milhões de toneladas. O IBGE considerou que a dificuldade de obtenção dos recursos financeiros destinados ao custeio, o endividamento dos produtores, os preços não compensadores e os problemas de ordem climática contribuíram para o decréscimo.

Na região Centro-Oeste a produção também deverá decrescer significativamente, cerca de 23% abaixo do nível de 1996. Tanto a queda de produtividade quanto a queda na área de plantio explicam o comportamento negativo da produção nesses estados. Mato Grosso, importante estado produtor, foi o que apresentou maior redução de produção, com uma queda de 26,5% em relação a 1996.

Endividamento: uma questão mal resolvida

Os números divulgados pelo Banco do Brasil no Rio Grande do Sul mostram que a questão do endividamento ainda está pesando, e muito, sobre o setor orizícola. Do total da dívida agrícola do Rio Grande do Sul, cerca de R$4 bilhões, mais de R$2,3 bilhões, ou seja, mais da metade, ainda estão inadimplentes. Essas dívidas não foram, portanto, securitizadas (não eram securitizáveis porque ultrapassavam o limite de R$200 mil/produtor ou porque foram a juízo e estão aguardando solução). A dívida do estado está distribuída entre o arroz, soja, milho e trigo, sendo o arroz o maior problema. Do total de R$2,3 bilhões, R$1bilhão correspondem ao arroz, com uma dívida *per capita* bem elevada, detida por apenas 700 produtores.

A securitização, por sua vez, foi feita com base na equivalência-produto, ou seja, as dívidas foram convertidas em peso do produto agrícola, segundo o preço mínimo vigente na ocasião da conversão.

Arroz — securitização no Rio Grande do Sul
Em toneladas, por produto

Produto	Peso em toneladas
Arroz	2.755.457
Milho	3.699.016
Soja	3.190.425
Trigo	121.658

Fonte: Banco do Brasil.

Para calcular o montante securitizado por produto, basta multiplicar a quantidade pelo preço mínimo à época da conversão. As dívidas securitizadas foram recalculadas (para retirada de encargos, alongadas para um prazo de 10 anos e indexadas pela equivalência-produto). Note-se que a securitização do arroz atingiu menos produtores que a do milho, um produto conduzido basicamente por pequenos produtores rurais no Rio Grande do Sul. Vale lembrar que as dívidas securitizadas têm um limite de R$200 mil/produtor. O pequeno número de grandes arrozeiros que acumulam um grande endividamento terá de resolver a pendência mais cedo ou mais tarde.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE

SAFRA DE VERÃO

Irecê volta ao cenário nacional

A safra total é satisfatória e deverá totalizar 3,3 milhões de toneladas, 9% maior do que o resultado anterior. Estão previstas importações de 100 mil toneladas, quantidade equivalente a apenas 3% do consumo previsto para 1997.

A novidade deste ano é a retomada da produção em Irecê, na Bahia. As chuvas caem desde dezembro, e o verde voltou ao sertão após quatro anos de ausência. Os 19 municípios desta microrregião deverão colher cerca de 100 mil toneladas, de acordo com a Conab. O feijão é uma tradicional lavoura desta área, mas a seca dos últimos anos frustrou as safras e provocou sérios problemas sócio-econômicos, como o desemprego e a migração. De acordo com a Copirecê, a área de plantio de feijão caiu pela metade desde 1992, passando de 300 mil hectares para 150 mil nesta safra. A produtividade média também caiu de 1.100kg/ha em 1992 para 800kg/ha. Devido à crise na atividade rural, grande parte da mão-de-obra migrou para outras regiões, criando dificuldades para a contratação de pessoal para a colheita. De qualquer modo, a safra de Irecê é sempre estratégica para o abastecimento, uma vez que os acontecimentos na região (positivos ou negativos) permanecem influenciando as cotações no mercado do Centro-Sul.

Tornamo-nos importadores habituais de feijão-preto, quando poderíamos produzi-lo aqui mesmo.

Com relação à primeira safra, cujo estado produtor mais importante é o Paraná, a Conab a estimou em 1,18 milhão de toneladas, um resultado 26% maior que o anterior, embora a área de plantio tenha recuado 7%. Considerado normal, este desempenho é ainda inferior ao de 1993, quando a produção atingiu 1,23 milhão de toneladas. De acordo com o Deral, a safra paranaense deverá alcançar apenas 372 mil toneladas, um número bem aquém da média histórica e 12,5% inferior às expectativas iniciais. Problemas climáticos, como as chuvas excessivas de janeiro, explicam grande parte da perda da produção.

Brasil — feijão — quadro de oferta e demanda

Em mil t

Item	1995/96				1996/97			
	Cores	Macaçar	Preto	Total	Cores	Macaçar	Preto	Total
Estoque inicial	244,8	48,5	104,0	397,3	108	39,9	51,0	163,5
Produção	2.007,2	661,0	367,3	3.036,2	2.253,3	641,4	406,8	3.301,4
1ª safra	628,2	30,9	278,0	937,1	816,5	35,5	331,4	1.183,4
2ª safra	1.081,2	620,7	85,9	1.788,9	1.138,9	596,6	72,3	1.807,8
3ª safra	287,8	9,3	3,1	310,2	297,8	9,3	3,1	310,2
Importação	40,0	0,0	50,0	90,0	50,0	0,0	50,0	100,0
Suprimento	2.292,0	709,5	521,0	3.523,5	2.411,3	680,9	507,8	3.564,9
Consumo	2.184,0	670,0	470,0	3.360,0	2.210,0	670,0	470,0	3.400,9
Estoque final	108,0	39,5	51,0	163,5	201,3	10,9	37,8	164,9
Consumo mensal	0,6	0,7	1,3	0,6	1,1	0,2	1,0	0,6

Fonte: Conab.

Dados e comercialização — descompasso com a produção

Realizado em fevereiro último em Piracicaba, São Paulo, o IV Simpósio sobre a Cultura de Feijão Irrigado retratou com precisão a nova realidade da lavoura de feijão, que os órgãos de estatística ainda não conseguem avaliar fielmente: a cada vez mais importante safra irrigada de feijão, conduzida por agricultores-empresários em sistemas de alta tecnologia, com elevada produtividade. Cerca de 400 pessoas, dentre as quais 70% produtores rurais, buscavam com avidez informações sobre como manejar melhor a cultura a fim de obter resultados econômicos. Produtores altamente tecnificados de áreas irrigadas que não as tradicionais (Barreiras, na Bahia, cerrado mineiro e goiano e norte de São Paulo) vinham do Paraná, Santa Catarina e de várias regiões de São Paulo.

Do encontro, uma certeza: o cultivo do feijão não é mais visto como uma lavoura de oportunidade pelos empresários rurais. O discurso do tipo "só planto feijão se Irecê quebrar" já não cabe aos produtores da terceira época. Cada vez mais bem distribuída, regional e temporalmente, a produção faz com que o mercado perca a cada ano as tradicionais sensibilidade e volatilidade, permitindo um comportamento mais previsível dos preços. Como os produtores irrigados estão conseguindo produtividades muito elevadas (entre 2 mil e 3 mil kg/ha nas áreas melhores), bem como preços mais estáveis e remuneradores, fica fácil entender o porquê da consolidação da atividade na pauta de plantio anual desses agricultores.

Tanto o IBGE quanto a Conab avaliam a terceira safra na ordem de 300 mil toneladas anuais, quando fontes do mercado questionam se este número já não ultrapassou 900 mil. Também pode estar havendo incorporação dos números da terceira safra na segunda, já que se tornou mais difícil estabelecer um enquadramento muito nítido.

Diante da modernização da cultura, a comercialização é ainda precária, pouco transparente, e joga o produto de um lado para outro pelas mãos da intermediação. Como comenta um agente do mercado, "o produtor de feijão está andando de BMW enquanto a comercialização anda de jegue".

ELIANA CONDE BARROSO LEITE

Nos últimos seis anos, a produção do feijão-preto tem superado a do de cores. Este ano porém a área de feijão-preto mostrou uma redução de 10% em relação ao ano passado. Cerca de 53% da produção de 1997 serão de feijão de cores e apenas 47% de feijão-preto, devido a uma combinação de fatores. Em primeiro lugar, as chuvas atingiram importantes zonas produtoras do feijão-preto no Paraná, como Francisco Beltrão, cujo calendário de plantio é um pouco antecipado em relação ao restante do estado. Em segundo lugar os preços do feijão-preto em 1996 foram muito ruins para os agricultores, que ficaram desestimulados a plantar esta variedade em 1996/97.

Ainda segundo o Deral, o mercado do feijão-preto, bastante setorizado e praticamente restrito ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, é caracterizado por um oligopsônio, ou seja, poucos compradores detendo um grande poder de fixação de preços ao produtor. Este é um importante fator de desestímulo à cultura, que vem perdendo espaço no cenário produtivo. Daí termo-nos tornado importadores habituais desta variedade, quando seria factível produzi-la aqui mesmo. A safra argentina, por sua vez, que freqüentemente complementa a oferta interna, entra no mercado brasileiro relativamente concentrada entre os meses de junho a setembro, não coincidindo portanto com o calendário nacional (dezembro e janeiro). Esta não-coincidência da oferta faz com que as importações da Argentina não influenciem muito os preços internos (ele entra na nossa fase de alta, quando já não há produto brasileiro no mercado).

À semelhança do que ocorreu com o arroz, os preços no varejo do feijão nos últimos dois anos mostraram-se pouco voláteis, embora se apresentem acima do nível histórico. Isso significa que os ganhos ou as perdas em termos de rentabilidade do produtor não estão se transmitindo para as fases finais da comercialização, cuja capacidade de proteção diante das adversidades do mercado é muito maior. Em outras palavras, o mercado final está estabilizado em patamares elevados, de modo que as variações de preços no nível do produtor pouco afetem a base final da comercialização.

Para o feijão da segunda safra, a Conab espera um ligeiro incremento em relação ao ano anterior, atingindo cerca de 1,8 milhão de toneladas, embora a área de plantio tenha se reduzido 1,7%. Em linhas gerais, a safra total deverá ser boa e, embora estejam previstas importações de 100 mil toneladas, o abastecimento deverá ser tranqüilo em 1997.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE

SAFRA DE VERÃO

Milho — quebrando a tradição

Historicamente, na cultura do milho no Brasil, os preços baixos têm seguido a boa colheita. A conseqüência natural, em termos de superfície cultivada e de investimentos realizados, era o desestímulo ao plantio seguinte. Mas a tradição foi quebrada em 1996, quando, apesar de a colheita de 24,8 milhões de toneladas na primeira safra do Centro-Sul na temporada 1995/96 ter sido 16% inferior à precedente, caíram bastante os preços do grão.

As explicações para a atual queda dos preços do milho são duas: o exagerado aumento ocorrido logo no início do ano passado — por conta da superestimativa nas primeiras avaliações de quebra na colheita — e a previsão (que se revelaria errônea) de que a pressão da demanda por parte da avicultura de corte seria tão forte quanto a observada em 1995.

A grande formação antecipada de estoques significava perdas financeiras às empresas, e a conseqüência inevitável foi a queda dos preços do milho

O temor de um possível desabastecimento levou as empresas a adquirirem antecipadamente o cereal, catapultando as cotações e ensejando a pronta interferência do governo em leiloar seus estoques. A revelação de que estes seriam maiores do que as próprias autoridades imaginavam reforçou a tendência de queda dos preços, que se originara no ritmo da produção avícola, muito mais lento do que o previsto.

A grande formação antecipada de estoques significava perdas financeiras às empresas, e a conseqüência inevitável foi a queda dos preços do milho; ou as empresas não o compravam por não terem necessidade, ou forçavam os preços para baixo como forma de compensar os prejuízos já incorridos.

Existe no momento uma forte expectativa dos agentes desse mercado quanto à tendência do abastecimento e dos preços do grão. Com o avanço da colheita da primeira safra de milho na temporada 1996/97, os contornos vão se tornando mais nítidos. Produtores, consumidores e governo em atuação conjunta vêm definindo as tendências para a atual comercialização.

Produção por estados e regiões

Do ponto de vista do setor produtivo, a colheita da primeira safra do Centro-Sul promete um resultado global muito bom. Caso se confirme a avaliação realizada pelo IBGE no último mês de janeiro, a tonelagem obtida deverá chegar a 26,6 milhões de toneladas, 7,3% a mais do que no ano passado. Esse total resultará do avanço ocorrido no rendimento físico — a área semeada praticamente repetiu os 8,1 milhões de hectares da safra anterior. O bom desempenho derivou quase exclusivamente das condições edafoclimáticas favoráveis da maioria das regiões produtoras. Isto se revelou providencial, já que, em vista dos baixos preços do ano passado, muitos agricultores tiveram dificuldade em realizar um maior investimento no último plantio.

Mais uma vez, o Paraná deverá ser o maior estado brasileiro produtor de milho, cuja colheita está prevista pelo Departamento de Economia Rural do estado em 7,1 milhões de toneladas (apenas 5,5% inferior ao recorde registrado na temporada 1994/95). A região Centro-Oeste, por sua vez, manterá sua posição de grande supridora de outros estados, devido ao seu baixo consumo interno. De acordo com o IBGE, a produção conjunta das três unidades produtoras desta porção do país deverá chegar a 5,3 milhões de toneladas, ou 20% da colheita total prevista para o Centro-Sul.

Pelo segundo ano consecutivo houve problemas por parte da safra gaúcha, por conta da falta de chuvas em algumas áreas do estado durante o desenvolvimento da lavoura. O fato foi no entanto muito menos sério do que o observado na safra 1995/96, quando a área colhida com milho no estado chegou a representar apenas 89% da área cultivada. Para este ano, a expectativa é de que a colheita local chegue a 4,8 milhões de toneladas, ou 45% acima do obtido um ano antes.

A consolidação dos números referentes à colheita vem servindo para os consumidores cautelosamente definirem seu posicionamento, conforme suas necessidades de consumo também vão-se tornando mais claras. Aparentemente, as empresas têm pautado seu plano de compras baseadas no princípio determinante de que a avicultura de corte estará mantendo a tendência ao estrito controle de custos já verificada desde o ano passado. Além do mais, os próprios fabricantes de ração não desejam incorrer novamente no erro de superestimar sua demanda como fizeram há um ano.

Decorre daí a explicação para as primeiras informações quanto ao preço obtido pelo cereal colhido precocemente em várias regiões do Centro-Sul (que, por tradição, costuma apresentar-se bem cotado justamente pela sua precocidade) ter sido muito inferior ao preço mínimo de R$6,70/60kg. Em meados de janeiro, em muitas regiões do Centro-Oeste do país temia-se que a cotação do cereal viesse a ser no máximo de R$5,50/60kg, sendo que não raro o preço mínimo era visto como inatingível em muitas áreas da região Sul.

Inovações no mercado

Conforme apontado em *Agroanalysis*, 17(3), a pronta ação do governo serviu para controlar esse pessimismo, divulgando os estudos de uma série de medidas de apoio à cultura, incluindo a antecipação das dívidas securitizadas e o lançamento das opções de venda do produto recém-colhido. Cerca de um mês depois, novamente as autoridades confirmaram e explicitaram essas iniciativas, incluindo a imediata disponibilização de R$120 milhões para as operações de AGF de até 2 mil sacas por produtor, independentemente de o produto ser originário de lavoura financiada.

O destaque desse pacote de medidas ficou por conta do contrato de opção, divulgado popularmente como a forma de o produtor adquirir o direito de vender o milho ao governo. Segundo a Sociedade Rural Brasileira em seu *Informativo Rural* de janeiro último: "A opção de venda é um contrato no qual o produtor adquire o direito de exercer ou não a venda de um produto a um preço previamente estabelecido, em uma data combinada. Por este direito, o produtor deve pagar um prêmio, que é negociado com o vendedor do direito, no caso o próprio governo. A venda do direito é feita em leilão, de forma pública e transparente, em que será negociado um prêmio que o produtor estará disposto a pagar para ter o direito de vender ou não sua produção ao governo".

Relativamente à política de EGF e de AGF até agora aplicada à comercialização das safras de verão, o mercado de opções apresenta diversas inovações. Por isso reina certa insegurança no campo quanto à sua implementação, e as cooperativas e lideranças rurais vêm tomando a iniciativa de explicitar aos produtores a nova modalidade de comercialização.

Por último, tem-se questionado sobre a possibilidade de virem a ocorrer exportações do produto ao longo dos próximos meses, e sobre a influência que este comércio teria sobre o mercado interno. Na última temporada, essas vendas chegaram a 500 mil toneladas em seu agregado, tendo funcionado — ainda que de forma passageira — como um suporte extra ao mercado.

A questão óbvia que se coloca é sobre as variações ocorridas no preço internacional do milho neste ínterim — na média dos dois primeiros decêndios do último mês de fevereiro, o preço do primeiro futuro de US$108,17/t registrado para o milho na Bolsa de Chicago era quase 30% inferior ao de um ano antes — e, conseqüentemente, sobre a paridade para uma eventual venda ao exterior no momento. Um rápido cálculo com base nesse valor,[1] no entanto, nos indica que a receita líquida aproximada seria de US$5,22/saca, ou menos do que os produtores previam em suas mais pessimistas projeções para as vendas internas.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

[1] Considerou-se o frete ao custo de US$1,40/saca, que seria o valor médio entre o patamar normal de US$0,90/saca e o valor de US$1,90/saca, este último atingido durante o pico da colheita ao se sobreporem as demandas de transporte para o milho e a soja.

SOJA



Mais uma grande safra

As estimativas tradicionais do desempenho da safra de verão trouxeram, este ano, a notícia de que a produção do agregado grãos deverá somar mais de 81 milhões de toneladas. Retomando os objetivos propagandísticos deste cálculo, vale lembrar que, por muitos anos, sucessivos governos empenharam-se em apontar caminhos para que em futuro não muito distante o país produzisse 100 milhões de toneladas na soma das safras de verão, de inverno e irrigada. Tanto naquela época, como agora, dois dos grãos, um cereal (milho) e uma leguminosa (soja), detêm a parte do leão (hoje mais de 70% do esperado).

No caso da soja, as condições climáticas e o aumento da área de plantio devem resultar em uma colheita inédita, de 26,45 milhões de toneladas, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No cômputo do IBGE, que ainda não incluiu os estados de Tocantins (produziu 14 mil toneladas no ano passado) e Maranhão (195 mil toneladas, em 1996), a safra foi apresentada, no *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*, como sendo de 24,23 milhões de toneladas, possíveis de obter a partir de um rendimento físico médio esperado de 2.327kg/ha, estimativa considerada muito conservadora.

Em termos de rendimento físico, a primeira tabela apresenta a evolução, desde fins da década passada, do que se conseguiu nos principais países produtores. O desenvolvimento favorável dos brasileiros salta aos olhos e se deve ao maior cuidado com as lavouras, cada vez mais dependentes, no período, do emprego de recursos próprios, com financiamento a juros pouco estimulante.

A atual expansão do cultivo da soja deveu-se ao comportamento favorável dos preços, à ansiedade reinante na Bolsa de Chicago, derivada de sucessivas divulgações de estatísticas do Departamento de Agricultura (USDA) em que a posição dos estoques era apertada (ver *Agroanalysis, 17* (2/3).

As exportações da soja em grão deverão crescer muito, o que desfalcará as vendas externas do farelo e do óleo.

Na presente safra, mais uma vez, destaca-se a sojicultura paranaense, que tem área cultivada bem inferior à gaúcha (2,5 milhões de hectares *versus* 2,94 milhões de hectares) mas rende bem mais no campo (2.100kg/ha, segundo o Deral/PR e 1.954kg/ha, segundo a Emater/RS). Até a última semana de fevereiro, tinham sido colhidos 15% da área, conforme informação da Secretaria da Agricultura do Paraná, que esperava percentual de cerca de 50% até fins de março, quando se colhe mais rapidamente.

O clima, com chuvas bem distribuídas em fevereiro e pancadas ocasionais, que não *acamaram* as plantas, foi extremamente propício. Embora as plantações colhidas estejam mostrando produtividade física muito elevada (média superior a 2.600kg/ha), o Deral acredita que, para que a média estadual chegue a ser um novo recorde, deveria ter chovido menos. O fato porém de os bons preços de 1996 terem capitalizado melhor o sojicultor, fazendo por exemplo com que cuidassem atentamente da calagem, contribuirá para um desempenho excelente.

No Rio Grande do Sul, que novamente será o segundo maior estado produtor, as estimativas são preliminares, pois a colheita se inicia mais tarde, acelerando tão-somente na segunda quinzena de março. A partir de janeiro, as chuvas foram-se distribuindo melhor e, de acordo com a Emater/RS, 2% da safra estavam colhidos; havia 0,5% na fase de enchimento dos grãos, e 4% ainda em desenvolvimento vegetativo. Para esta fonte, a produção local pode chegar a 5,68 milhões de toneladas, com 2,82 milhões de hectares plantados. Para o IBGE, os números são um pouco diferentes: 5,7 milhões de toneladas e 2,92 milhões de hectares.

Nos demais estados, os resultados no início de março eram em geral bastante positivos. As lavouras matogrossenses, devido a maiores precipitações, ainda têm estimativas imprecisas quanto ao que poderão produzir, mas é possível que se atinjam até 5,4 milhões de toneladas. A quantidade colhida no início de março chegou a registrar rendimentos físicos de 2.700kg/ha em algumas áreas.

O quarto maior produtor é Goiás, onde o clima tem sido benéfico às lavouras e a produção, com o rendimento físico médio ao redor de 2.400kg/ha, chegará perto de 2,5 milhões de toneladas.

Num quadro um pouco mais indefinido, situa-se a sojicultura de Mato Grosso do Sul, da qual se espera, porém, que o rendimento físico supere as expectativas, levando à colheita de aproximadamente 2,3 milhões de toneladas.

São Paulo, com estimativas locais de rendimento em torno de 2.400kg/ha (levando à colheita de 1,4 milhão de toneladas), e Minas Gerais, muito afetado pelas chuvas em janeiro e fevereiro e esperando colher até 1,2 milhão de toneladas, fecham o quadro dos grandes produtores.

Soja — rendimento físico médio nos principais países produtores
1987/88 a 1996/97 — kg/ha

Ano-safra	EUA	Brasil	China	Argentina
1987/88 a 1991/92	2.170	1.830	1.400	2.170
1991/92	2.300	2.040	1.380	2.260
1992/93	2.530	2.070	1.340	2.200
1993/94	2.350	1.990	1.370	2.260
1990/91 a 1994/95	2.420	2.080	1.520	2.220
1994/95	2.760	2.260	1.650	2.110
1995/96	2.380	2.160	1.640	2.100
1996/97	2.550	2.220	1.700	2.110

Fonte: *Oil World.*

Em termos de mercado exterior, o relatório de safra do Departamento de Agricultura dos EUA confirmou

os prognósticos positivos para a safra brasileira, revendo-a a maior (27 milhões de toneladas, 1,9% acima do relatório de fevereiro). Isto já era esperado, bem como a correção das exportações, que se fez em percentual bem maior (23,8%) alcançando 5,2 milhões de toneladas.

Para a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) o esmagamento em 1997 será um pouco menor do que o verificado em 1996 (19 milhões de toneladas agora e 20,1 milhões no ano passado), em razão das maiores exportações previstas para o grão (6,5 milhões de toneladas, 64% superiores aos 3,5 milhões exportados em 1996). O esmagamento resultará em 15,7 milhões de toneladas de farelo e 3,75 milhões de óleo. O consumo interno absorverá 5,6 milhões de toneladas de farelo (6%) e 2,75 milhões de óleo.

As exportações do farelo e do óleo também serão reduzidas. Em 1996, foram exportadas 11,2 milhões de toneladas de farelo e, em 1997, espera-se que sejam 10,3 milhões. Quanto ao óleo, a redução será de 1,3 milhão de toneladas para 1,2 milhão.

Os estoques mundiais do complexo da soja continuam baixos, apesar do aumento da produção global dos três componentes — grão, farelo e óleo.

Complexo da soja — produção e estoque final mundiais

1995/96 a 1996/97 — em milhões de t

Produto	1995/96	1996/97	%	1995/96	1996/97	%
Grão	124,76	133,98	7,39	17,33	16,44	- 5,40
Farelo	89,17	90,92	1,96	3,56	3,38	- 5,06
Óleo	20,20	20,47	1,34	2,36	2,23	-5,51

Fonte: USDA.

A partir desses números, o mercado antecipou a preocupação com a extensão do próximo plantio nos EUA e espera que, se for considerado insuficiente, haja maiores altas nas cotações.

Bem antes da divulgação do primeiro relatório de intenção de plantio, em 31 de março, estimava-se que a receita das exportações este ano ficaria em torno de US$5 bilhões, 13,6% superiores às de 1996 (US$4,4 bilhões).

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

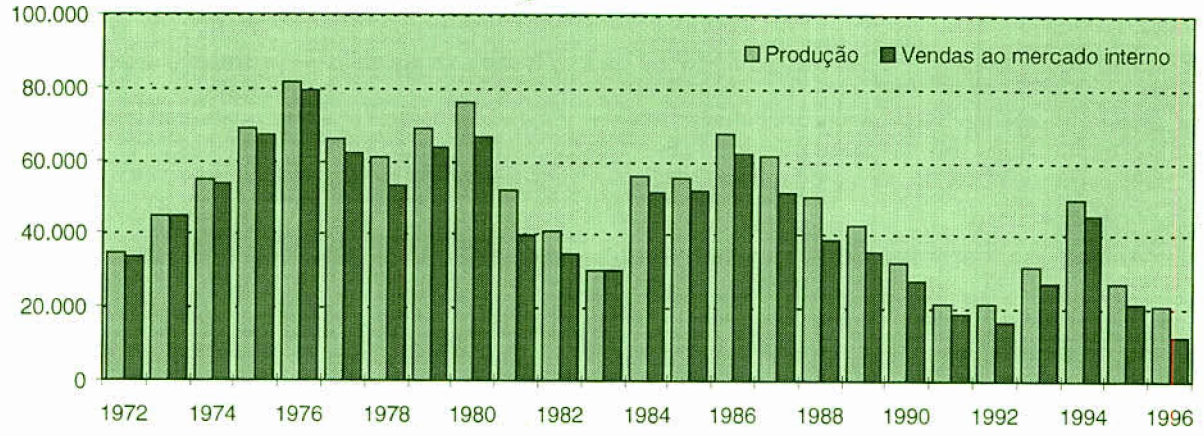
Máquinas agrícolas — recuperação à vista?

Em termos de evolução histórica, a produção e as vendas de máquinas agrícolas chegaram a seu ponto mais baixo em 1996. Dos vários fatores que explicam a situação não se pode ignorar a falência da política de crédito rural, que incentivou a intensa mecanização da lavoura nos anos 70 e, no período mais recente, a conjuntura adversa em que a dívida acumulada no período dos planos econômicos, as elevadas taxas de juros e os preços declinantes da produção agrícola contribuíram para a descapitalização do produtor rural.

Nos dois primeiros meses de 1997, a produção total de máquinas agrícolas registrou significativa expansão de 52% sobre igual período do ano anterior. Dentre os diversos tipos de equipamento oferecidos pela indústria, a maior expansão (98%) se deu no segmento das colheitadeiras, sem dúvida em função da fase do ano agrícola, que é justamente a da colheita da safra de verão. Mas também a produção dos tratores de rodas teve crescimento significativo (58%).

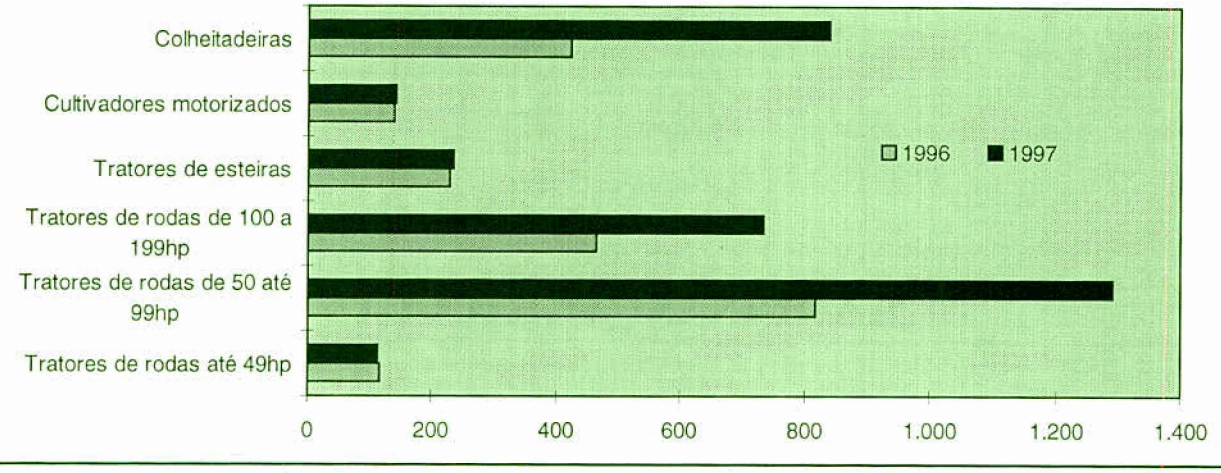
Também as vendas ao mercado interno de máquinas agrícolas se expandiram no primeiro bimestre de 1997. É verdade que a expansão das vendas ao mercado interno foi menor (42%) do que a registrada na produção (o aumento de 45% nas exportações contribuiu para absorver a produção do período). Observa-se também neste caso maior expansão na aquisição de colheitadeiras (88%), ao passo que as vendas de cultivadores se reduziram bastante (-25%). No segmento de tratores de rodas também se verificou uma queda nas vendas de máquinas de menor potência (os tratores de até 49hp venderam menos 22%). Já os tratores de 50 a 99hp e os de 100 a 199hp cresceram 59 e 11%, respectivamente. Provavelmente, esse aumento das vendas de

Brasil — produção e vendas ao mercado interno de máquinas agrícolas automotrizes



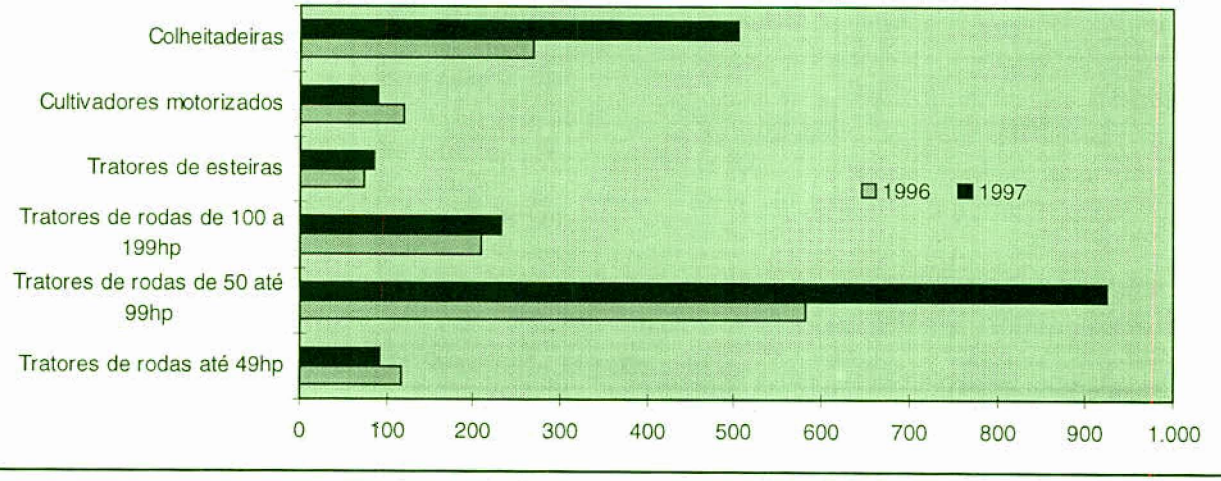
Brasil — produção de máquinas agrícolas automotrizes selecionadas

janeiro e fevereiro — em unidades



Brasil — vendas ao mercado interno de máquinas agrícolas automotrizes selecionadas

janeiro e fevereiro — em unidades



tratores maiores pode ser explicado pelas boas perspectivas da soja.

Ainda é cedo para se dizer se esses resultados são de fato indicadores de uma reversão na tendência do setor de máquinas agrícolas ou apenas um instante de euforia. Pelo menos o ano começou bem.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

INDICADOR DO MILHO — FGV-BM&F

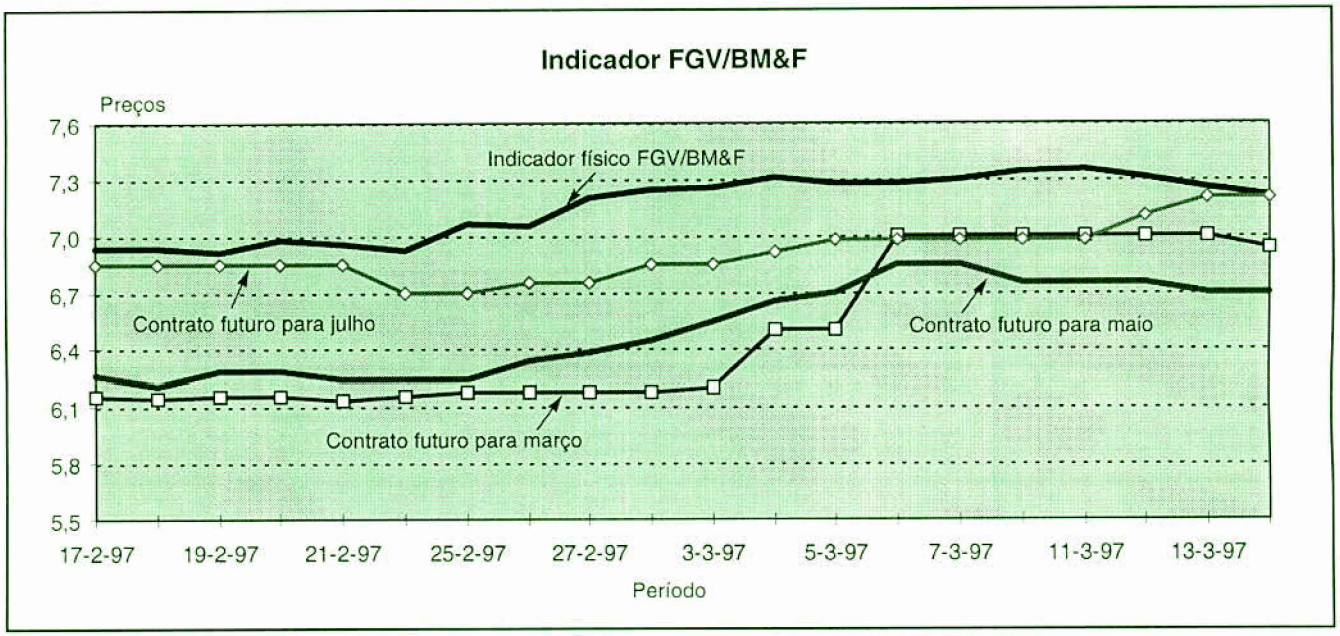
Clima de otimismo

Nos últimos 15 dias de fevereiro e primeiros 15 de março, o perfil do mercado interno do milho apresentou alterações substanciais relativamente ao que até então se observava na atual temporada. De uma forma resumida e figurativa, essas mudanças se devem às diversas bóias que o governo lançou aos produtores e operadores deste mercado, sob a forma de medidas normativas da comercialização, com o objetivo explícito de nortear o comportamento desses agentes num ambiente de maior confiança.

A franca interferência governamental, com o objetivo claro de estancar o pessimismo que caracterizou o mercado durante o mês de janeiro, se consubstanciou principalmente na antecipação em seis meses da quitação dos contratos de securitização previstos para outubro, na divulgação do lançamento dos contratos de opção e na liberação de R$120 milhões para a aquisição de até 2 mil sacas por produtor por meio de AGF. Buscando esvaziar rapidamente o ambiente derrotista quanto aos preços do produto novo, as autoridades visaram, por tabela, a afastar qualquer temor imediato quanto a um possível desinteresse pela cultura a curto/médio prazos e suas nefastas conseqüências para o arraçoamento avícola.

Esta ação oficial transpareceu no indicador do preço físico do grão, cuja apuração, de meados de fevereiro a meados de março, apresentou inicialmente suave tendência de alta, com posterior estabilização em valores próximos a R$7,30/saca — ou seja, uma elevação de cerca de 5% no espaço de 25 dias.

Os níveis dos preços para os contratos futuros para maio e julho, por sua vez, também refletem maior confiança dos agentes, embora a ação governamental te-



nha causado queda do número de negócios realizados. No caso do primeiro, a sua fixação a partir do início do mês de março foi feita em valores acima ou praticamente iguais ao do preço mínimo, movimentação importante por se tratar ainda de um mês de colheita.

Já o contrato para liquidação em julho, após uma leve queda registrada em fins de fevereiro, passou a apresentar alta continuada, refletindo a segurança maior quanto à sustentação do mercado no interregno entre a primeira e a segunda colheitas.

Pelo menos até o momento, o governo pode considerar vitoriosas suas iniciativas de sustentação do mercado interno do milho. Embalada por essa atmosfera, em meados de março a Conab divulgou que a área plantada com a safrinha de milho de 1997 deverá ser 16% superior à precedente. Com isso, a produção total da atual temporada foi prevista em 37,2 milhões de toneladas, nível praticamente igual ao recorde de 37,4 milhões da temporada 1994/95.

IRENE RAGUENET TROCCOLI
EDGAR COSTA FILHO
ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

CAFÉ

Indicador de competitividade Aumentam as vendas externas

A média do indicador de competitividade durante o mês de fevereiro manteve-se praticamente inalterada em relação a janeiro (jan. = 0,917). Entretanto uma melhora no nível de competitividade no final do período gerou um significativo aumento nas vendas externas, colocando o volume das exportações brasileiras de café verde muito próximo do limite de 6 milhões de sacas acordadas junto à APPC (Associação dos Países Produtores de Café), para o primeiro semestre de 1997.

Data	Indicador 'B'	Indicador 'W'	Indicador 'R'	Indicador de competitividade
3-2	145,75	149,57	73,72	0,950
4-2	147,25	151,18	75,04	0,948
5-2	145,25	148,34	73,74	0,959
6-2	151,50	153,23	75,57	0,978
7-2	151,75	154,59	74,79	0,964
10-2	155,25	161,86	77,14	0,922
11-2	160,00	165,58	78,64	0,936
12-2	167,25	172,52	79,44	0,943
13-2	169,50	177,93	79,37	0,914
14-2	167,50	177,19	79,86	0,900
18-2	157,25	168,45	73,92	0,882
19-2	166,00	174,51	71,93	0,917
20-2	166,00	170,22	73,87	0,956
21-2	161,50	168,25	75,80	0,927
24-2	161,50	171,80	72,94	0,896
25-2	162,50	173,41	73,59	0,891
26-2	168,75	182,09	74,96	0,875
27-2	166,75	181,01	74,66	0,866
28-2	172,75	186,59	76,21	0,875
Média	160,21	167,81	75,54	0,918

Fonte: OIC — Organização Internacional do Café.
Indicador 'B' — Indicador Brasil e outros arábicas.
Indicador 'W' — Indicador médio outros suaves.
Indicador 'R' — Indicador médio robustas.

LUIZ O. ARARIPE
MANOEL A. C. LAGO

Crédito rural

Os normativos a seguir listados tratam, em sua maior parte, das condições em que se desenvolverão as operações de financiamento nos próximos meses, seja a prorrogação do vencimento das operações de custeio do trigo, seja a concessão de empréstimos para a safrinha de milho e soja.

Deve-se destacar, também, a liberação de R$120 milhões (deduzido o valor das contratações referentes a 1996) para os produtores de cacau. Os recursos serão provenientes do Fundo Constitucional do Nordeste (R$30 milhões) e do Tesouro Nacional (R$18 milhões) — tendo como principais destinatários os miniprodutores — e BNDES, que repassará R$72 milhões para atender médios e grandes produtores.

A lavoura vem sendo atingida por uma longa crise, decorrente tanto da queda dos preços nos mercados mundiais quanto da incidência da vassoura-de-bruxa, praga que afetou boa parte da região cacaueira. A produção, que em 1989 era de quase 400 mil toneladas, em 1996 não passou de 256 mil. E este ano a imprensa noticia que o Brasil terá de importar matéria-prima para a fabricação de chocolate.

Resolução nº 2.353, de 23-1-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR-6.2) para o período de janeiro a junho de 1997 (DOU de 24-1-1997).

Carta Circular nº 2.721, de 13-2-1997 do Banco Central do Brasil: Divulga relação de municípios do estado do Paraná para os efeitos das Resoluções nº 2.294, de 28-6-1996, e nº 2.311, de 29-8-1996 (zoneamento agrícola) (DOU de 17-2-1997).

Portaria Interministerial nº 59, de 21-2-1997, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento/Ministério da Fazenda: Autoriza a utilização de subvenção econômica sob a forma de equalização de preços, prevista na Lei nº 8.427, de 27-5-1992, para amortizações nos financiamentos de custeio do trigo, amparados em cláusula de equivalência em produto (DOU de 25-2-1997).

Portaria nº 20, de 24-2-1997, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo: Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Política do Café (criado pelo Decreto nº 1.757, de 22-12-1995), na forma do anexo à portaria (DOU de 26-2-1996).

Resolução nº 2.357, de 27-2-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR-6.2) de que trata a Resolução nº 2.353, de 23-1-1997 (DOU de 28-2-1997).

Resolução nº 2.359, de 28-2-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre concessão de empréstimo do governo federal sem opção de venda (EGF-sov) de milho para beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores que beneficiam o produto (DOU de 3-3-1997).

Resolução nº 2.360, de 28-2-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre o crédito rural ao amparo de recursos controlados, destinado ao financiamento de despesas de custeio de lavouras de milho, soja e sorgo, "safrinha de 1997" [que devem ser formalizadas sem cláusula de adesão ao Proagro] (DOU de 3-3-1997).

Resolução nº 2.361, de 28-2-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a prorrogação [até 30-4-1997] de prazo de vencimento das operações de custeio de trigo da safra 1996 (DOU de 3-3-1997).

Resolução nº 2.362, de 28-2-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a concessão de prazo [até 28-5-1997] para pagamento de operações contratadas com recursos do Funcafé (DOU de 3-3-1997).

Resolução nº 2.363, de 28-2-1997, do Banco Central do Brasil: Estabelece condições para financiamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no ano de 1997, destinado ao controle da doença vassoura-de-bruxa e à recuperação da produtividade da lavoura (DOU de 3-3-1997).

Resolução nº 2.364, de 28-2-1997, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre a concessão de prazo [de 2-1-1997 para até 1-7-1997] para operações de crédito rural e para renegociação de valor excedente a R$200 mil, de que trata o art. 1º, inciso IX, da Resolução nº 2.238, de 31-1-1996 (DOU de 3-3-1997).

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Preço do café pressiona Iabag

A variação do IGP-DI no mês de fevereiro foi de 0,42% comparado ao mês anterior, enquanto que o índice FGV/Abag registrou uma variação de 0,76%.

Decompondo-se o Iabag em termos de preços no atacado e no nível do consumidor, os itens derivados do IPA-DI tiveram variação de 0,27% enquanto no nível do consumidor a variação foi de 0,49%.

A contribuição do grupo de alimentação e matéria-prima do IPA-DI (IPA-ALI) para o Iabag foi de -0,26% e 0,52%. Com relação ao IPC, alimentação, houve aumento de 0,49%

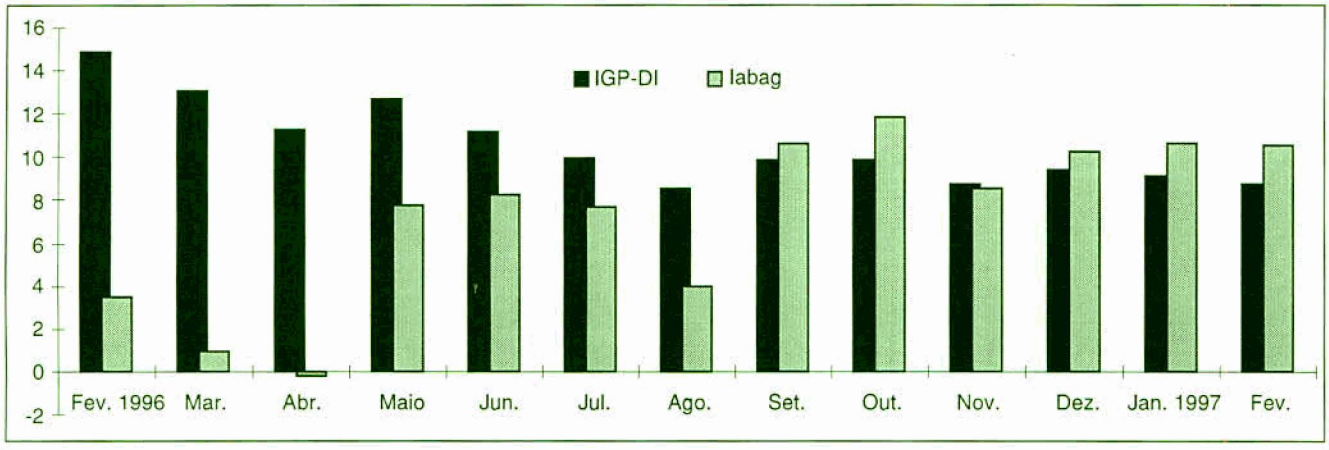
Os itens de maior influência no IPA e no IPC para o mês de fevereiro foram: algodão arboréo com uma redução de 22,16%, bem como o cacau cuja redução foi da ordem de 14,53%, enquanto que o babaçu e o café em coco tiveram um aumento de 9,48 e 27,21% respectivamente; no que se refere ao IPC, houve um aumento dos adoçantes de 5,42%, hortaliças, 11,38% e queda em relação às frutas, 1,85%, massas e farinhas, 2,13% e enlatados e conservas, 1,44%.

Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado — disponibilidade interna (IPA-DI) — e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do índice FGV/Abag, assim como sua influência no mesmo, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

Variações acumuladas em 12 meses
IGP-DI x Iabag



Índice FGV/Abag — últimos resultados

	Índice FGV/Abag total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios	Bebidas alcoólicas e fumo
Setembro 1996	-0,12	0,62	-2,23	2,48	-1,67	-1,81	-2,19	-0,17
Out.	0,18	0,32	-1,45	1,46	-0,12	-0,15	-0,16	0,18
Nov.	-0,09	-0,07	1,83	-1,28	-0,15	-0,22	-0,35	0,63
Dez.	0,48	0,81	2,45	-0,25	-0,24	-0,23	-0,24	-0,30
Janeiro 1997	3,42	2,61	2,09	0,52	0,81	0,77	0,74	0,04
Fev.	0,76	0,27	-0,26	0,52	0,49	0,49	0,48	0,00
Acum. 1996	10,20	14,26	18,21	11,39	2,17	1,61	0,98	8,03
Acum. 1997	10,47	12,47	11,95	9,88	0,67	-0,11	-0,96	7,23
Fevereiro 1996	3,47	0,58	-3,39	6,55	9,38	8,00	6,37	27,08

ÍNDICE FGV/ABAG

Índice FGV/Abag — últimos resultados

Discriminação	Ponderação		Iabag				IGP	
	Índice	IGP-DI	Ponderação	Variação %	Influência	Influência %	Influência	Influência %
Total do mês		31,392	100,000	0,762	0,76	100,00	0,24	56,80
Itens do IPA-DI	38,829	21,286	67,806	0,396	0,27	35,23	0,08	20,01
Alimentação	15,425	8,456	26,937	-0,951	-0,26	-33,63	-0,08	-19,10
Matérias-primas brutas	23,404	12,830	40,869	1,283	0,52	68,86	0,16	39,11
Algodão arbóreo	0,115	0,063	0,200	-22,165	-0,04	-5,83	-0,01	-3,31
Algodão herbáceo	0,740	0,405	1,292	2,507	0,03	4,25	0,01	2,41
Amendoim	0,051	0,028	0,088	-3,245	0,00	-0,38	0,00	-0,21
Arroz em casca	1,837	1,007	3,207	-3,891	-0,12	-16,38	-0,04	-9,31
Aves	1,292	0,708	2,256	-6,223	-0,14	-18,43	-0,04	-10,47
Babaçu	0,052	0,029	0,092	9,488	0,01	1,14	0,00	0,65
Borracha hévea	0,110	0,060	0,192	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00
Bovinos	5,726	3,139	9,999	0,564	0,06	7,41	0,02	4,21
Cacau	0,481	0,263	0,839	-14,535	-0,12	-16,01	-0,04	-9,10
Café em coco	1,709	0,937	2,985	27,211	0,81	106,63	0,25	60,56
Cana-de-açúcar	3,205	1,757	5,597	2,878	0,16	21,15	0,05	12,01
Cevada	0,069	0,038	0,120	-0,587	0,00	-0,09	0,00	-0,05
Erva-mate (bruta)	0,030	0,017	0,053	1,791	0,00	0,12	0,00	0,07
Fumo em folha	0,389	0,213	0,679	-6,117	-0,04	-5,46	-0,01	-3,10
Juta	0,018	0,010	0,032	3,491	0,00	0,15	0,00	0,08
Leite *in natura*	2,552	1,399	4,457	-0,551	-0,02	-3,22	-0,01	-1,83
Malva	0,030	0,016	0,052	7,343	0,00	0,50	0,00	0,28
Soja	1,757	0,963	3,068	-2,126	-0,07	-8,56	-0,02	-4,86
Suínos	1,097	0,601	1,916	1,363	0,03	3,43	0,01	1,95
Trigo	2,144	1,175	3,744	-0,313	-0,01	-1,54	0,00	-0,87
Itens do IPC-BR	29,695	10,106	32,194	1,532	0,49	64,77	0,15	36,79
Alimentação	26,992	9,186	29,264	1,677	0,49	64,42	0,15	36,59
Gêneros alimentícios	23,089	7,858	25,032	1,900	0,48	62,43	0,15	35,46
Adoçantes	0,427	0,145	0,463	5,421	0,03	3,29	0,01	1,87
Arroz e feijão	1,001	0,341	1,085	-0,063	0,00	-0,09	0,00	-0,05
Aves e ovos	1,155	0,393	1,252	-0,019	0,00	-0,03	0,00	-0,02
Bebidas não-alcoólicas	1,260	0,429	1,366	3,890	0,05	6,98	0,02	3,96
Carne bovina	2,002	0,681	2,171	-0,075	0,00	-0,21	0,00	-0,12
Carne suína	0,113	0,039	0,123	-0,598	0,00	-0,10	0,00	-0,05
Carnes e peixes industriais	1,146	0,390	1,243	-0,803	-0,01	-1,31	0,00	-0,74
Condimentos	0,775	0,264	0,840	1,106	0,01	1,22	0,00	0,69
Doces e chocolates	0,539	0,183	0,584	2,926	0,02	2,24	0,01	1,27
Frutas	2,415	0,822	2,618	-1,853	-0,05	-6,37	-0,02	-3,62
Hortaliças	3,289	1,119	3,566	11,388	0,41	53,31	0,13	30,28
Laticínios	3,095	1,053	3,355	0,423	0,01	1,86	0,00	1,06
Massas e farinhas	0,787	0,268	0,853	-2,135	-0,02	-2,39	-0,01	-1,36
Óleos e gorduras	0,725	0,247	0,786	0,397	0,00	0,41	0,00	0,23
Outros gêneros alimentícios	0,209	0,071	0,226	0,806	0,00	0,24	0,00	0,14
Panificados	2,903	0,988	3,147	0,390	0,01	1,61	0,00	0,91
Pescado	0,809	0,275	0,878	2,308	0,02	2,66	0,01	1,51
Enlatados e conservas	0,438	0,149	0,475	-1,438	-0,01	-0,90	0,00	-0,51
Alimentação fora	3,903	1,328	4,232	0,358	0,02	1,99	0,00	1,13
Bebidas alcoólicas e fumo	2,703	0,920	2,930	0,092	0,00	0,35	0,00	0,20

Índice da Associação Brasileira de Agribusiness — Iabag

Fevereiro de 1997

Discriminação	Iabag			Influência %
	Ponderação	Variação %	No Iabag	No IGP
Total do mês	100,000	0,762	100,00	56,80
Itens do IPA-DI	67,806	0,396	35,23	20,01
Alimentação	26,937	-0,951	-33,63	-19,10
Matérias-primas brutas	40,869	1,283	68,86	39,11
Itens do IPC-BR	32,194	1,532	64,77	36,79
Alimentação	29,264	1,677	64,42	36,59
Gêneros alimentícios	25,032	1,900	62,43	35,46
Alimentação fora	4,232	0,358	1,99	1,13
Bebidas alcoólicas e fumo	2,930	0,092	0,35	0,20

EDGAR VIEIRA DA COSTA FILHO
RAKEL LIMA DOS SANTOS

Safra de 1997: primeiros resultados

O IBGE divulgou em fevereiro os primeiros números relativos a área e a produção das lavouras em 1997. As novidades são poucas, e se confirmam as expectativas geradas pelos levantamentos de intenção de plantio.

A área de lavouras permanece praticamente estável e o aumento da produção será causado pelo aumento do rendimento físico das lavouras. É conveniente recordar que no ano passado a produção obtida foi prejudicada não só pela retração da área plantada mas por problemas climáticos que resultaram em redução da produtividade das lavouras.

Se é animador verificar que esta se recuperou, isso não deixa de causar um certo sobressalto. Daqui até o fim da colheita da safra de verão talvez ocorram alterações climáticas que podem vir a alterar as estimativas aqui apresentadas.

Se tudo correr como se deseja, e se se confirmarem as hipótese do IBGE quanto à safra nordestina (ainda em fase de intenção de plantio) e aos cereais de inverno, seria possível esperar uma colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas de cerca de 74 milhões de toneladas, superior em quase 5% à colhida em 1996, mas ainda inferior à de 79 milhões de toneladas obtida em 1995.

O maior empecilho para que se concretizem os números previstos está na decepção sofrida pelos triticultores que, em 1996, expandiram em 84% a área destinada à lavoura estimulados pelos preços em alta. Quando chegou o momento da colheita, os preços já eram substancialmente inferiores (ver gráfico nas Estatísticas Agropecuárias).

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Estimativa da área a ser plantada na região Centro-Sul e em Rondônia e da produção esperada

Safra 1996/97

Cultura	1996		1997	Variação percentual		Produção		
	Plantada (a)	Colhida (b)	Plantada ou a plantar (c)	c/a	c/b	Obtida safra 96	Esperada safra 96	Variação %
Algodão herbáceo[1]	557,86	557,31	386,53	-30,71	-30,64	893,54	673,93	-24,58
Amendoim	58,58	58,55	59,09	0,87	0,93	125,91	116,53	-7,45
Arroz (em casca)	2.378,34	2.347,33	2.099,68	-11,72	-10,55	7.463,78	6.884,72	-7,76
Batata-inglesa[2]	109,92	109,51	106,32	-3,28	-2,92	1.518,96	1.605,39	5,69
Cana-de-açúcar	3.615,68	3.599,34	3.623,37	0,21	0,67	264.577,39	267.870,00	1,24
Cebola	64,64	64,05	61,04	-5,56	-4,70	794,32	783,10	-1,41
Feijão (em grão)[2]	1.258,41	1.206,57	1.166,71	-7,29	-3,30	844,68	945,57	11,94
Fumo	261,16	258,90	294,31	12,70	13,68	430,02	533,74	24,12
Mamona	1,76	1,76	1,76	0,00	0,00	1,88	2,08	10,86
Mandioca	516,42	511,02	547,55	6,03	7,15	8.783,97	9.659,67	9,97
Milho (em grão)[2]	8.554,64	8.331,01	8.411,11	-1,68	0,96	25.146,85	26.920,11	7,05
Soja (em grão)[3]	10.208,03	10.196,48	10.417,77	2,05	2,17	22.301,07	24.185,32	8,45
Tomate	39,53	39,44	40,09	1,42	1,64	1.960,01	1.979,22	0,98
Total	27.624,96	27.281,28	27.215,34	-1,06	0,19			

Fonte: IBGE, LSPA. *Prognóstico da produção agrícola para 1997 na região Centro-Sul e Rondônia* — situação em dezembro de 1996.
[1] Em caroço.
[2] 1ª safra.
[3] Não inclui a safrinha de Mato Grosso do Sul.

Brasil — produção e área colhida de lavouras selecionadas

Discriminação	Produção					Área colhida				
	1992	1993	1994	1995	1996	1992	1993	1994	1995	1996
Abacaxi	826	835	974	914	1.048	37	40	44	42	47
Algodão em caroço	1.885	1.135	1.363	1.451	1.027	1.878	1.060	1.181	1.192	865
arbóreo	22	8	17	10	7	284	137	121	88	55
herbáceo	1.863	1.127	1.346	1.441	1.020	1.594	923	1.060	1.104	810
Alho	79	87	84	59	58	17	17	18	13	12
Amendoim em casca	172	152	159	169	154	101	86	91	93	80
Arroz em casca	10.006	10.108	10.499	11.226	10.035	4.687	4.411	4.415	4.376	3.923
Aveia em grão	297	263	257	177	197	284	268	276	161	147
Banana	562	558	572	568	569	516	520	515	514	519
Batata-inglesa	2.432	2.368	2.335	2.677	2.699	173	162	165	176	188
Cacau	329	341	330	296	256	731	734	698	738	688
Café em coco	2.589	2.558	2.613	1.858	2.581	2.500	2.259	2.096	1.868	1.984
Cana-de-açúcar	271.475	244.344	292.070	303.557	324.435	4.203	3.864	4.345	4.565	4.826
Cebola	896	929	1.019	931	943	76	72	81	74	75
Centeio em grão	7	5	4	3	8	7	6	4	3	5
Cevada em grão	125	110	91	105	219	67	67	54	69	87
Coco-da-baía	891	837	902	949	998	240	232	232	238	258
Feijão em grão	2.797	2.478	3.256	2.946	2.837	5.149	3.884	5.402	4.996	4.957
Fumo em folha	576	658	519	455	471	345	373	319	292	304
Juta (fibra)	3	4	2	2	2	3	3	2	2	2
Laranja	98.411	93.986	87.091	98.066	109.056	989	801	896	855	972
Maçã	2.999	3.494	3.499	3.321	3.267	24	26	27	27	27
Malva (fibra)	19	17	16	10	10	16	11	10	6	6
Mamona	102	43	53	32	46	176	141	106	75	123
Mandioca	21.919	21.837	24.452	25.316	24.587	1.826	1.811	1.849	1.943	1.943
Milho em grão	30.506	30.051	32.487	36.275	31.975	13.364	11.871	13.748	13.960	13.365
Pimenta-do-reino	33	42	35	34	34	29	24	21	19	18
Rami (fibra)	7	7	4	3	5	5	5	3	3	3
Sisal (sisal)	204	126	131	118	133	264	179	165	153	153
Soja em grão	19.215	22.575	24.912	25.651	23.211	9.441	10.635	11.514	11.658	10.728
Sorgo em grão	282	282	292	243	313	164	140	153	139	186
Tomate	2.141	2.348	2.678	2.700	2.639	52	54	62	62	61
Trigo em grão	2.796	2.156	2.092	1.534	3.302	1.956	1.463	1.348	994	1.834
Uva	800	787	807	825	731	60	60	60	61	60
						49.380	45.277	49.899		

Fonte: IBGE. *Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.*
Nota: Banana, produção em mil cachos; laranja, abacaxi, coco-da-baía e maçã, produção em mil frutos.

Espanha — abacate

A variedade Hass se responsabiliza por quase 80% da safra espanhola de abacate, embora os produtores estejam intensificando o cultivo da Gwen e da Fuerte por seu elevado rendimento físico.

1994/95 a 1996/97 — em toneladas métricas

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Produção	35.100	40.000	34.000
Importação	2.150	2.700	3.000
Oferta total	37.250	42.700	37.000
Exportação	26.500	31.500	25.200
Consumo interno	10.750	11.200	11.800

Fonte: USDA (fev. 1997).
[p] Previsão.
Ano-safra: julho a junho.

México — abacate

Maior produtor mundial de abacate, o México deverá produzir 20% a menos em 1996/97 em relação ao período devido à sobreposição de fatores climáticos adversos durante a floração da safra no estado de Michoacan (responsável por 85% da colheita total do país).

1994/95 a 1996/97 — em toneladas métricas

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Produção	799.000	790.000	635.000
Importação	0	0	0
Oferta total	799.000	790.000	635.000
Exportação	26.000	44.000	40.000
Consumo interno	773.000	746.000	595.000

Fonte: USDA (fev. 1997).
[p] Previsão.
Ano-safra: agosto a julho.

África do Sul — abacate

A produção de abacate na África do Sul é tecnologicamente avançada e voltada para atender às exigências dos importadores europeus em todas as características da fruta.

1994/95 a 1996/97 — em toneladas métricas

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Produção	48.150	53.000	57.000
Importação	5	5	0
Oferta total	48.155	53.005	57.000
Exportação	28.400	32.000	35.000
Consumo interno	19.750	21.005	22.000

Fonte: USDA (fev. 1997).
[p] Previsão.
Ano-safra: janeiro a dezembro do segundo ano.

Israel — abacate

Apesar dos altos custos de produção e da típica escassez hídrica da região, a produção israelense de abacate deverá atingir 90 mil toneladas no ano 2000, dos quais 70% aproximadamente serão exportados.

1994/95 a 1996/97 — em toneladas métricas

Item	1994/95	1995/96	1996/97[p]
Produção	57.800	78.100	85.000
Importação	0	0	0
Oferta total	57.800	78.100	85.000
Exportação	36.000	49.000	55.000
Consumo interno	22.000	29.000	30.000

Fonte: USDA (fev. 1997).
[p] Previsão.
Ano-safra: outubro a setembro.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 21 de março e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 1997.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Março 1996	Fevereiro 1997	1 a 20 março 1997	14 a 20 março 1997	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Açúcar raw US¢/lb-peso	12,01	10,85	10,88	10,84			10,88		10,64			10,59						O melhor acesso de exportadores brasileiros ao mercado dos EUA não influenciou o mercado, onde repercutem boas estimativas de safra de importantes produtores.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	83,92	73,74	75,74	74,85			75,74		76,86			77,17		78,07				Não há muito espaço para oscilações bruscas de preços. Os preços internacionais estão em níveis altos e apesar da produção mundial ser 4% menor que a do ano passado, o nível dos estoques mantém-se normal e acalma o mercado.
Cacau Bahia US$/tonelada	1.239,14	1.251,47	1.397,00	1.453,00			1.397,00		1.421,00		1.445,00			1.472,00				O mercado deverá continuar operando em alta devido à conjugação do aquecimento da demanda com a redução da oferta da Costa do Marfim. A safra deste país deverá alcançar 1,1 milhão de toneladas, 100 mil toneladas a menos que no ano passado.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	116,80	171,16	187,46	174,86			187,46		173,80		162,04			147,86				É forte a sensação de escassez de café arábico no mercado internacional, reforçada por notícias de quebra de safra e de outos problemas. A APPC aumentou as quotas de exportação de arábico e reduziu a de robusta. O mercado parece ter dado uma parada para respirar e analisar melhor seus fundamentos.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Março 1996	Fevereiro 1997	1 a 20 março 1997	14 a 20 março 1997	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F		
Milho two yellow US¢/ bushel	389,50	281,60	305,08	305,45	305,08		302,60		301,48		290,29			288,25			→	A revisão baixista realizada em março pelo USDA em relação aos estoques finais mundiais foi de apenas 1,3% em relação ao estimado em fevereiro, não dando margem à ocorrência de movimentos especulativos.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	729,71	765,65	825,19	827,45	825,19		830,13		769,44	760,63	709,87		666,08		670,21		↗	O relatório de março do USDA mostrou bom desempenho das exportações norte-americanas. A safra argentina enfrenta problemas climáticos e será menor do que o esperado.
Soja-farelo US$/ tonelada	230,76	249,09	270,20	272,50	270,20		266,89		263,75	257,54	245,00	227,27					→	O esmagamento norte-americano permanece em nível elevado e há dúvida quanto à real capacidade da demanda.
Suco de laranja US¢/lb-peso	132,09	80,36	84,51	84,03			84,51		86,72		88,62		90,61		91,92		→	Muito embora em março o USDA tenha reavaliado para mais a colheita de laranjas da Flórida, o alimento deverá ser marginal frente ao calculado um mês antes, descartando eventuais avanços nas cotações do suco.
Trigo soft red U$¢/ bushel	488,80	364,19	375,46	377,70	375,46		379,04		369,06		370,88			379,71			↗	Tanto o trigo de inverno (atacado por fungos) quanto de primavera (prejudicado por fortes chuvas) dos EUA apresentam problemas.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 20 de março e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de abril de 1997. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para fevereiro de 1997. Os preços de março de 1997 são nominais.

Produtos / Preços	Março 1996	Fevereiro 1997	1 a 20 março 1997	14 a 20 março 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	28,30	29,69	29,03	29,00	→	Em abril/maio ocorre o pico de safra e o mercado tende naturalmente para uma ligeira baixa. Apesar disto, deve-se lembrar que a safra é a menor da história e que deverá atender apenas 40% da necessidade brasileira, o que dá algum amparo aos preços.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	30,59	36,24	32,54	31,00	→	O mercado deverá permanecer calmo em função da demanda normal e compra da "mão para a boca" por parte das indústrias.
Boi gordo R$/arroba	23,74	25,19	25,31	25,30	→	O mercado ainda continua bastante especulativo, em plena safra, mantendo os preços bem firmes. Os fatores continuam sendo: a dificuldade de reposição de animais, aumento das exportações brasileiras e uma certa dificuldade de importar da Argentina e do Uruguai.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	159,59	210,82	244,30	239,89	↗	Escassez interna de café arábica irá agravar-se paulatinamente até a entrada dos primeiros lotes da safra 1997/98. Leilões do estoque oficial cumprirão importante papel no suprimento. Preços externos poderão funcionar como linha de resistência às cotações domésticas.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos \ Preços	Março 1996	Fevereiro 1997	1 a 20 março 1997	14 a 20 março 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	46,11	42,03	41,50	41,50		A safra de Irecê já se escoou atendendo à demanda nordestina, não influenciando muito o mercado do Centro-Sul. A segunda safra de São Paulo deverá ser boa e a safrinha do Paraná se agrega à oferta paulista podendo haver pressão de baixa sobre os preços no próximo mês.
Frango vivo R$/kg	0,72	0,67	0,67	0,67		A demanda continua reticente em sancionar eventuais aumentos nos preços da ave ao mesmo tempo em que os baixos preços do milho no 1º bimestre do ano estimularam a manutenção dos plantéis.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	8,52	7,89	7,93	7,88		As medidas implementadas pelo governo com o intuito de apoiar a comercialização do milho vêm surtindo efeito, notando-se interesse por parte dos agentes deste mercado em elevar as cotações do produto em plena colheita.
Soja-grão industrial R$/60kg	14,32	15,92	16,53	16,65		A nova colheita está trazendo um grão bastante procurado, com influência dos acontecimentos no exterior. Há preocupação quanto ao clima no Rio Grande do Sul e na Argentina.

Organização:
ELIANA CONDE BARROSO LEITE

Sobe o preço da soja nos EUA

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América divulgou, em 11 de março, seu relatório sobre oferta e demanda mundiais de produtos agrícolas, que sempre exerce influência sobre as operações internacionais com alimentos. Desta feita, além de ampliar a estimativa da safra brasileira de soja (ver comentário na Conjuntura do Agribusiness deste número), o que já era esperado, os maiores comentários sobre a situação dos produtos foi justamente o referente às oleaginosas, leia-se soja.

No novo relatório, afirma-se que o consumo interno norte-americano de farelo e óleo de soja aumentou e o esmagamento de soja cresceu 10 milhões de *bushels* (um *bushel* de soja equivale a 27,216kg), chegando ao recorde de 1,42 bilhão de *bushels*, que reflete a forte demanda do derivado. Os estoques finais não foram alterados e pequenas reduções foram feitas nas exportações de soja em grão e no uso residual.

As exportações de soja continuam fortes em termos anuais, mas a demanda do estrangeiro até o fim do presente ano comercial foi estimada um pouco mais fraca do que no mês passado, devido às perspectivas de aumento da produção de alguns países, que não será totalmente compensada pelo aumento previsível do consumo.

Oleaginosas — balanço de oferta e demanda dos EUA — 1994/95 a 1996/97
(em milhões de toneladas)

Produto	Produção	Oferta total	Comércio	Consumo total	Estoque final
Oleaginosas					
1994/95	79,72	86,90	23,81	43,99	10,27
1995/96[1]	69,10	79,83	23,93	42,56	6,03
1996/97[2]					
Fevereiro	74,93	81,40	25,30	43,41	4,97
Março	74,93	81,41	25,14	43,68	4,94
Farelos					
1994/95	33,20	34,26	6,36	27,64	0,26
1995/96[1]	33,27	33,58	5,69	27,63	0,27
1996/97[2]					
Fevereiro	32,92	34,45	6,26	27,95	0,24
Março	33,07	34,42	6,25	27,94	0,24
Óleos vegetais					
1994/95	8,58	10,65	2,02	7,90	
1995/96[1]	8,23	10,26	1,05	8,02	
1996/97[2]					
Fevereiro	8,20	10,80	1,40	8,23	1,17
Março	8,26	10,89	1,48	8,26	1,15

Fonte: USDA.
[1] Estimativa.
[2] Projeção.

Oleaginosas — balanço de oferta e demanda no mundo — 1994/95 a 1996/97
(em milhões de toneladas)

Produto	Produção	Oferta total	Comércio	Consumo total	Estoque final
Oleaginosas					
1994/95	260,90	281,19	44,01	207,34	27,14
1995/96[1]	256,50	283,64	43,72	217,00	22,11
1996/97[2]					
Fevereiro	257,25	279,41	45,26	215,11	19,82
Março	259,08	281,19	45,26	216,21	19,96
Farelos					
1994/95[2]	141,65	147,16	46,88	140,82	6,36
1995/96[1]	147,27	153,63	48,72	146,04	6,31
1996/97[2]					
Fevereiro	146,24	153,19	48,46	146,47	6,42
Março	147,21	153,51	48,49	147,30	5,64
Óleos vegetais					
1994/95	69,29	75,23	27,08	68,88	6,22
1995/96[1]	75,25	78,47	25,92	71,00	6,83
1996/97[2]					
Fevereiro	72,75	79,49	26,25	72,50	6,80
Março	73,09	79,92	26,75	72,86	6,69

Fonte: USDA.
[1] Estimativa.
[2] Projeção.

Os preços médios da soja norte-americana e de seus derivados estão elevados este mês, já que os balanços de oferta e demanda permanecem apertados, particularmente para a soja em grão e o farelo. Os preços do grão estão estimados entre US$6,90/bu e US$7,30/bu, enquanto os do farelo estão previstos entre US$235 e US$255 por tonelada curta. Os preços do óleo foram estimados de Usc23 a Usc24,5 por libra-peso.

A produção mundial de oleaginosas foi calculada em 259,1 milhões de toneladas, 1,8 milhão de toneladas acima da divulgada no mês anterior, devido à melhoria das condições das safras da sojicultura do Brasil, Paraguai e da China e, também, da colza da Índia e da China. A safra brasileira passa a ser um novo recorde (27 milhões de toneladas). Do mesmo modo, a paraguaia atingirá inéditos 2,7 milhões de toneladas. As condições de desenvolvimento das plantas são muito boas nos dois países, o que contribui para rendimentos físicos também inéditos. A produção chinesa de soja está estimada em 13 milhões de toneladas, 500 mil acima do previsto no último mês, mas abaixo dos 13,5 milhões colhidos no ano passado.

Globalmente, a produção de soja está estimada em 134 milhões de toneladas, 1,2 milhão de toneladas acima da estatística divulgada em janeiro e 9,2 milhões acima daquela do ano precedente. O esmagamento e as importações fora dos EUA foram ambos ampliados em março, porém menos do que o suprimento que se somou aos estoques finais. Os acréscimos no esmagamento e nas importações foram feitos no México, nos EUA, na União Européia e na China, cujas importações de soja aumentaram, nas estimativas, para 1,9 milhão de toneladas, mais 200 mil, enquanto o esmagamento subiu 600 mil toneladas.

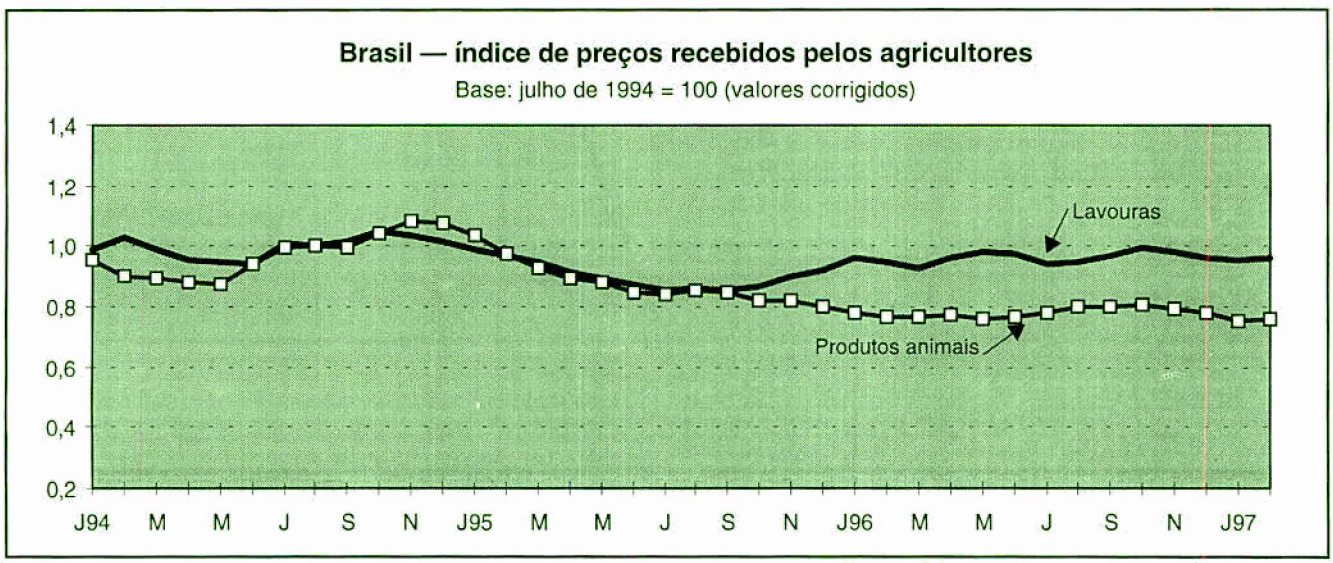
FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,010	0,010	0,010	0,010	0,010
1992	0,110	0,140	0,080	0,120	0,110
1993	2,600	3,210	1,900	2,830	2,670
1994	70,490	73,190	66,860	70,140	70,350
1995	106,130	106,890	104,210	102,880	105,060
1996	125,274	135,852	108,571	101,652	116,761
Fev. 95	106,896	110,407	101,215	107,540	107,190
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383
Abr.	104,519	101,611	108,367	102,424	103,866
Maio	103,289	97,682	111,640	100,989	102,563
Jun.	103,287	97,938	111,177	99,683	102,100
Jul.	102,833	101,049	104,418	101,294	102,382
Ago.	105,654	105,750	104,173	104,275	105,261
Set.	103,395	104,694	100,093	102,094	103,028
Out.	105,390	108,154	99,878	99,754	103,503
Nov.	111,026	116,162	102,015	101,119	107,605
Dez.	113,373	121,439	100,306	98,861	108,251
Jan. 96	120,377	131,544	103,150	97,590	112,128
Fev.	120,193	128,806	106,128	96,635	111,636
Mar.	117,803	124,307	106,537	97,029	110,343
Abr.	122,420	129,680	110,040	98,410	113,710
Maio	127,237	136,532	112,057	98,502	116,663
Jun.	127,608	137,388	111,792	100,920	117,878
Jul.	125,075	136,559	107,162	103,332	117,333
Ago.	125,473	139,541	104,385	106,068	118,657
Set.	129,086	143,045	107,991	106,326	120,985
Out.	132,570	146,800	111,040	107,640	123,640
Nov.	131,190	146,263	108,706	105,626	121,991
Dez.	129,248	142,869	108,520	105,026	120,572
Jan. 97	130,327	140,020	114,176	103,065	120,442
Fev.	131,777	135,086	123,631	104,313	121,822

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Em fevereiro os preços dos produtos de origem animal cresceram bem acima da inflação. Mesmo assim, a situação dos criadores não é animadora.



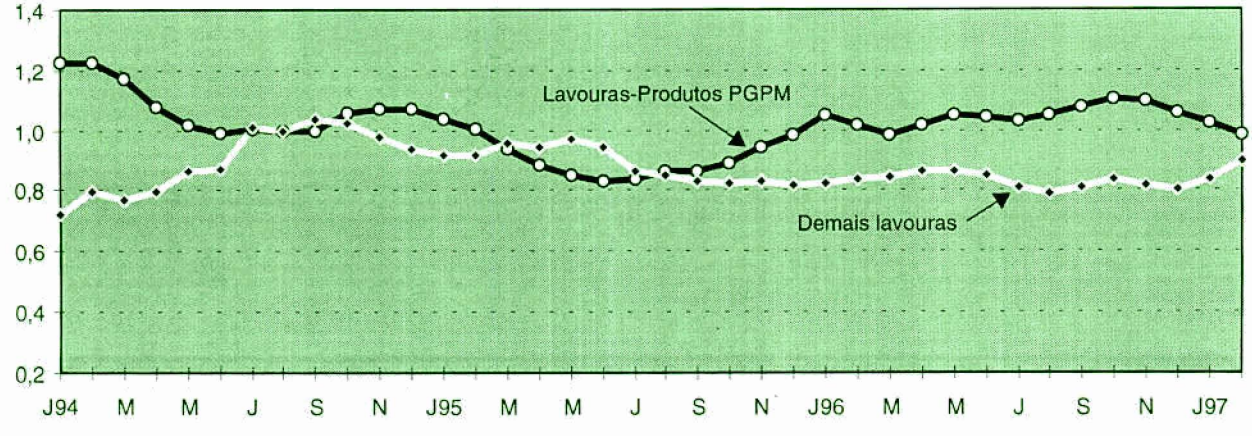
Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,010	0,020	0,010	0,010	0,010	0,020	0,010
1992	0,140	0,170	0,160	0,180	0,150	0,150	0,160
1993	2,910	3,060	3,180	3,380	3,260	3,010	3,110
1994	70,360	69,590	69,560	70,490	69,380	78,290	71,440
1995	107,530	111,210	105,200	118,390	101,830	193,850	125,840
1996	117,533	129,693	113,108	126,548	110,511	238,089	143,030
Fev. 95	105,949	104,451	102,151	110,674	100,000	169,459	116,800
Mar.	106,465	106,425	102,645	114,138	100,000	181,424	120,150
Abr.	106,137	108,584	104,105	115,115	100,000	186,274	121,854
Maio	105,837	108,301	104,061	118,547	100,000	199,198	124,695
Jun.	106,078	108,852	104,211	119,210	100,000	206,690	126,297
Jul.	107,753	108,726	105,509	121,694	100,000	208,647	127,354
Ago.	108,083	110,113	105,743	121,743	100,000	208,023	127,667
Set.	108,690	113,447	106,736	122,312	100,000	209,282	129,069
Out.	109,066	118,036	107,876	121,906	107,336	211,619	131,988
Nov.	109,612	120,981	108,744	122,746	107,336	215,833	133,840
Dez.	110,327	122,683	109,843	123,622	107,336	217,780	134,994
Jan. 96	111,230	124,795	110,551	124,575	107,336	222,214	136,724
Fev.	111,978	125,908	111,491	125,145	107,336	227,798	138,358
Mar.	113,227	127,160	111,586	126,209	107,336	230,691	139,580
Abr.	114,578	128,126	111,983	126,237	111,430	234,578	141,470
Maio	116,708	129,048	112,666	126,838	111,420	236,511	142,565
Jun.	118,453	130,227	113,347	126,735	111,635	239,981	143,899
Jul.	119,425	130,754	113,970	126,598	111,635	243,031	144,816
Ago.	121,082	132,179	114,526	127,044	111,635	244,948	145,932
Set.	124,798	134,134	115,281	127,556	111,635	247,167	147,605
Out.	126,308	135,454	116,365	128,332	111,635	248,898	148,732
Nov.	127,968	136,156	117,171	128,648	111,635	250,799	149,666
Dez.	128,775	137,297	117,668	127,984	111,635	250,925	150,086
Jan. 97	129,050	138,159	118,209	128,737	121,987	252,438	152,415
Fev.	130,683	138,376	119,346	130,737	121,987	253,013	153,217

Comportamentos divergentes nos preços das lavouras. Enquanto o conjunto de produtos apoiado pela PGPM registrou declínio em função da entrada da safra, os demais produtos registraram forte ascensão impulsionados pelo desempenho das cotações do café.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores

Base: julho de 1994 = 100 (valores corrigidos)



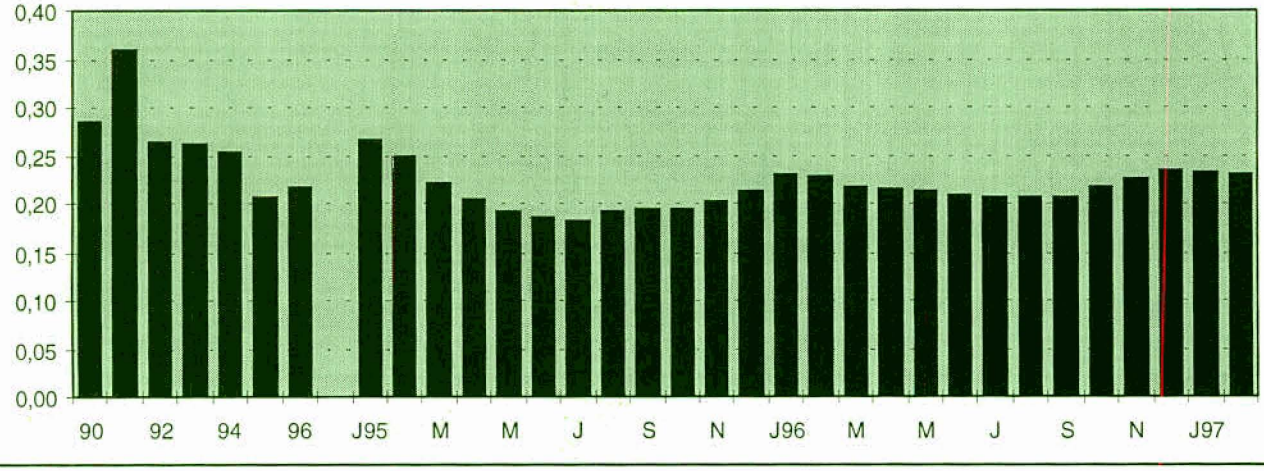
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,55	0,47	0,28	0,37	0,43	18,30	0,73	15,91
1991	0,56	0,56	0,36	0,38	0,46	20,73	0,69	17,00
1992	0,50	0,39	0,26	0,28	0,30	20,54	0,60	17,64
1993	0,56	0,50	0,26	0,29	0,33	18,15	0,75	15,76
1994	0,56	0,45	0,25	0,37	0,51	19,07	1,34	16,26
1995	0,49	0,40	0,21	0,55	0,37	17,64	1,22	14,61
1996	0,51	0,42	0,22	0,43	0,28	16,89	0,99	15,95
Mar. 95	0,54	0,37	0,22	0,53	0,44	19,99	1,40	14,35
Abr.	0,54	0,41	0,20	0,60	0,40	19,80	1,35	13,91
Maio	0,50	0,39	0,19	0,61	0,51	20,52	1,37	14,26
Jun.	0,47	0,40	0,19	0,64	0,63	18,89	1,24	14,19
Jul.	0,44	0,39	0,18	0,64	0,44	15,68	1,13	14,12
Ago.	0,44	0,35	0,19	0,62	0,28	16,05	1,17	14,45
Set.	0,44	0,35	0,19	0,52	0,24	15,88	1,14	14,50
Out.	0,48	0,37	0,19	0,51	0,20	15,92	1,10	15,29
Nov.	0,49	0,39	0,20	0,50	0,19	17,48	1,10	15,41
Dez.	0,51	0,39	0,21	0,48	0,18	16,85	1,04	15,54
Jan. 96	0,51	0,37	0,23	0,46	0,21	16,02	1,06	15,37
Fev.	0,51	0,36	0,23	0,47	0,18	15,66	1,17	15,33
Mar.	0,51	0,33	0,22	0,40	0,23	15,41	1,17	15,17
Abr.	0,50	0,34	0,22	0,43	0,28	15,87	1,12	15,95
Maio	0,50	0,36	0,21	0,41	0,33	17,18	1,11	16,06
Jun.	0,50	0,39	0,21	0,43	0,38	16,60	1,03	16,08
Jul.	0,51	0,40	0,21	0,50	0,36	15,92	0,86	16,12
Ago.	0,52	0,46	0,21	0,45	0,33	15,61	0,82	16,16
Set.	0,53	0,49	0,21	0,43	0,33	15,96	0,89	16,24
Out.	0,53	0,46	0,22	0,42	0,31	18,81	0,89	16,30
Nov.	0,52	0,55	0,23	0,38	0,24	19,61	0,87	16,29
Dez.	0,53	0,52	0,23	0,34	0,22	19,99	0,87	16,36
Jan. 97	0,53	0,41	0,23	0,36	0,18	18,18	0,98	16,36
Fev.	0,52	0,41	0,23	0,35	0,20	16,67	1,21	16,10

Apesar da redução da área de plantio e da conseqüente redução da safra, os preços do arroz não conseguem melhorar. O governo gaúcho pensa em medidas de apoio.

Brasil — arroz em casca — preços recebidos pelos agricultores

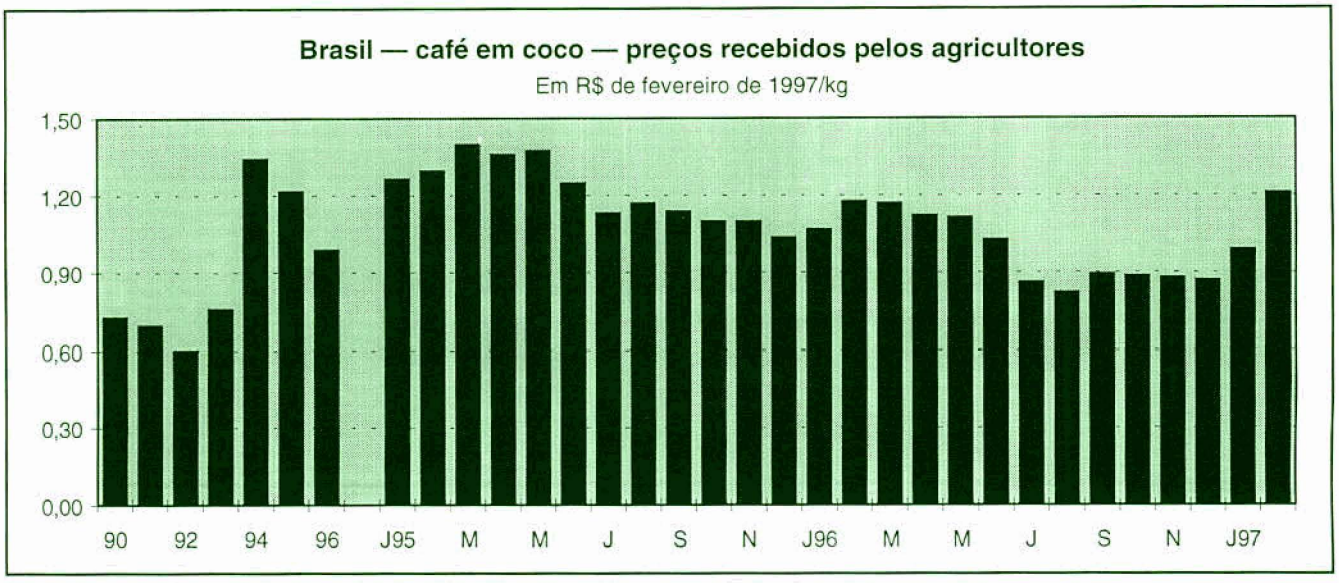
Em R$ de fevereiro de 1997/kg



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (grão — kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,84	1,87	3,90	0,19	56,55	0,23	0,51	0,18
1991	0,84	1,94	3,00	0,20	67,72	0,28	0,44	0,18
1992	0,65	2,70	2,95	0,18	76,55	0,29	0,41	0,22
1993	0,82	2,42	2,34	0,19	75,96	0,29	0,39	0,20
1994	0,98	2,08	3,16	0,16	54,56	0,25	0,49	0,17
1995	0,59	1,92	3,02	0,13	76,96	0,19	0,45	0,17
1996	0,64	2,14	1,93	0,15	80,60	0,24	0,36	0,20
Mar. 95	0,70	1,96	4,00	0,12	78,26	0,18	0,59	0,17
Abr.	0,66	1,93	3,97	0,12	75,69	0,17	0,70	0,17
Maio	0,61	1,93	3,57	0,12	79,21	0,16	0,70	0,17
Jun.	0,54	1,92	2,93	0,13	79,94	0,15	0,70	0,15
Jul.	0,51	1,88	2,56	0,13	77,86	0,17	0,36	0,15
Ago.	0,51	1,85	2,28	0,12	77,43	0,19	0,33	0,16
Set.	0,50	1,89	2,28	0,12	72,40	0,19	0,28	0,16
Out.	0,51	1,87	2,37	0,14	76,37	0,19	0,24	0,16
Nov.	0,53	1,86	2,30	0,15	75,82	0,21	0,31	0,18
Dez.	0,57	1,99	2,07	0,14	81,64	0,22	0,41	0,18
Jan. 96	0,64	2,15	1,92	0,15	82,64	0,24	0,46	0,18
Fev.	0,62	2,23	1,81	0,15	74,59	0,23	0,41	0,18
Mar.	0,61	2,16	1,78	0,14	74,18	0,22	0,47	0,20
Abr.	0,62	2,13	2,04	0,15	76,93	0,23	0,38	0,20
Maio	0,61	2,16	1,92	0,16	79,57	0,24	0,34	0,23
Jun.	0,64	2,14	1,88	0,16	82,76	0,23	0,39	0,24
Jul.	0,64	2,10	1,86	0,14	84,51	0,23	0,37	0,24
Ago.	0,63	2,09	1,88	0,16	83,63	0,24	0,36	0,23
Set.	0,66	2,12	2,04	0,16	83,46	0,26	0,35	0,21
Out.	0,68	2,13	2,06	0,15	84,40	0,28	0,31	0,18
Nov.	0,70	2,13	2,00	0,15	79,66	0,27	0,28	0,16
Dez.	0,63	2,11	1,98	0,14	80,87	0,27	0,26	0,14
Jan. 97	0,62	1,92	2,22	0,13	78,63	0,26	0,26	0,13
Fev.	0,60	1,94	2,62	0,12	75,27	0,25	0,30	0,13

Baixos estoques nos países consumidores estimularam as cotações do café.



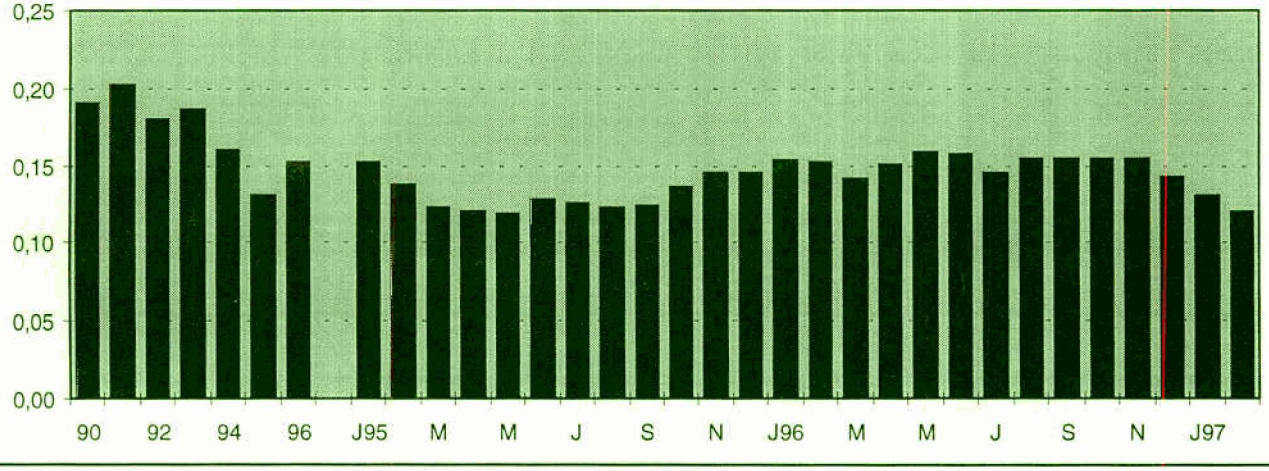
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1997/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,74	0,27	1,31	0,20	0,35	180,46	36,77	885,34
1991	0,43	0,22	1,08	0,20	0,31	159,85	33,89	713,90
1992	0,46	0,24	0,89	0,18	0,26	145,68	32,33	610,99
1993	0,47	0,27	0,96	0,19	0,54	157,03	34,27	652,12
1994	0,37	0,27	1,55	0,23	0,35	181,05	33,27	816,03
1995	0,51	0,27	1,83	0,28	0,47	160,15	27,05	898,92
1996	0,23	0,27	1,60	0,27	0,18	122,44	23,06	730,67
Mar. 95	0,49	0,28	1,90	0,31	0,55	183,30	29,43	982,73
Abr.	0,52	0,29	2,04	0,30	0,00	173,38	27,61	931,46
Maio	0,55	0,27	1,92	0,27	0,67	164,99	26,15	908,57
Jun.	0,79	0,28	1,91	0,27		152,91	24,77	874,37
Jul.	0,88	0,27	1,81	0,26		146,31	25,44	866,45
Ago.	0,63	0,26	1,76	0,26		146,49	26,30	853,85
Set.	0,52	0,26	1,82	0,27		146,05	25,67	846,05
Out.	0,35	0,27	1,78	0,29		144,80	25,80	846,32
Nov.	0,23	0,27	1,76	0,28		142,46	26,09	822,80
Dez.	0,20	0,28	1,68	0,27		137,75	24,69	812,18
Jan. 96	0,25	0,28	1,65	0,25	0,64	130,86	23,28	777,21
Fev.	0,29	0,29	1,67	0,24	0,46	127,19	23,11	765,36
Mar.	0,33	0,27	1,62	0,25	0,46	127,72	22,87	758,27
Abr.	0,33	0,28	1,59	0,27	0,59	125,17	22,69	743,78
Maio	0,22	0,29	1,56	0,26	0,00	121,56	22,00	715,66
Jun.	0,21	0,26	1,54	0,27	0,00	120,74	21,65	707,98
Jul.	0,17	0,27	1,49	0,27	0,00	119,41	22,52	709,52
Ago.	0,14	0,27	1,49	0,28	0,00	120,42	23,53	720,18
Set.	0,13	0,26	1,68	0,27	0,00	119,25	23,66	718,73
Out.	0,26	0,26	1,67	0,26	0,00	119,88	24,29	713,48
Nov.	0,24	0,24	1,64	0,29	0,00	118,50	23,83	723,88
Dez.	0,23	0,24	1,63	0,29	0,00	118,53	23,34	713,93
Jan. 97	0,27	0,26	1,98	0,27	0,35	115,44	22,74	685,90
Fev.	0,30	0,27	2,26	0,29	0,34	116,14	22,82	682,91

A antecipação de uma safra maior do que a esperada permite uma redução dos preços que ameniza a situação dos avicultores. Receoso de que se repita a decepção com as cotações do trigo, o governo lança medidas para comercialização do cereal.

Brasil — milho — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de fevereiro de 1997/kg



ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de fevereiro de 1997/unidade)

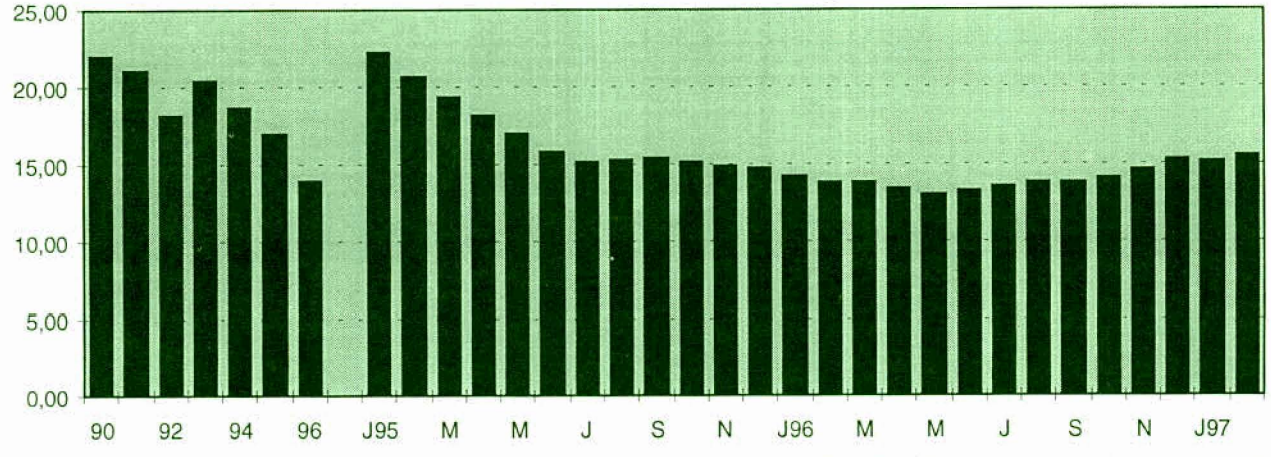
Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	543,25	21,98	1,59	0,37	32,88	0,99	3,70	337,98
1991	446,36	21,03	1,36	0,35	19,41	0,86	4,33	292,18
1992	381,03	18,22	1,19	0,33	30,75	0,84	2,79	272,07
1993	405,66	20,36	1,20	0,34	25,54	0,94	2,90	285,24
1994	495,96	18,73	1,15	0,31	30,30	0,88	3,37	319,02
1995	503,58	16,97	0,93	0,32	37,53	0,71	5,72	281,56
1996	393,54	13,88	0,88	0,28	28,02	0,78	5,61	228,51
Mar. 95	550,44	19,36	0,96	0,32	38,59	0,76	5,36	318,17
Abr.	567,25	18,18	0,90	0,32	38,12	0,73	5,47	298,15
Maio	516,34	16,99	0,90	0,33	38,86	0,72	5,77	283,71
Jun.	479,77	15,75	0,87	0,33	37,36	0,72	6,04	265,91
Jul.	474,41	15,18	0,88	0,32	37,78	0,68	6,04	260,28
Ago.	469,34	15,29	0,92	0,31	38,38	0,69	5,99	259,50
Set.	465,03	15,34	0,91	0,32	39,62	0,65	6,10	256,98
Out.	461,38	15,09	0,84	0,31	40,80	0,63	6,06	259,08
Nov.	453,30	14,90	0,85	0,30	33,48	0,65	5,98	256,70
Dez.	446,29	14,71	0,88	0,29	30,29	0,66	5,64	252,29
Jan. 96	430,65	14,20	0,87	0,28	29,09	0,67	5,71	237,71
Fev.	416,56	13,87	0,86	0,27	29,18	0,70	5,61	234,88
Mar.	409,63	13,77	0,86	0,27	29,36	0,76	5,66	233,93
Abr.	395,66	13,46	0,85	0,28	29,48	0,80	5,75	232,67
Maio	384,65	13,03	0,87	0,28	27,40	0,81	5,57	225,74
Jun.	381,89	13,25	0,88	0,28	28,33	0,86	5,49	223,32
Jul.	385,84	13,56	0,87	0,28	27,01	0,88	5,56	225,18
Ago.	386,38	13,81	0,86	0,29	27,30	0,88	5,67	227,15
Set.	387,67	13,82	0,88	0,29	26,90	0,84	5,84	224,84
Out.	382,85	14,03	0,91	0,29	27,04	0,78	5,70	226,69
Nov.	382,87	14,61	0,92	0,28	26,93	0,68	5,46	225,30
Dez.	377,83	15,20	0,89	0,27	28,29	0,72	5,29	224,67
Jan. 97	367,12	15,11	0,84	0,25	29,32	0,71	4,86	219,16
Fev.	367,17	15,52	0,84	0,25	28,63	0,76	4,89	221,11

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

O intenso abate de matrizes e as restrições à movimentação de animais entre o Paraná e Santa Catarina permitiram uma recuperação das cotações.

Brasil — suíno para corte — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de fevereiro de 1997/15kg



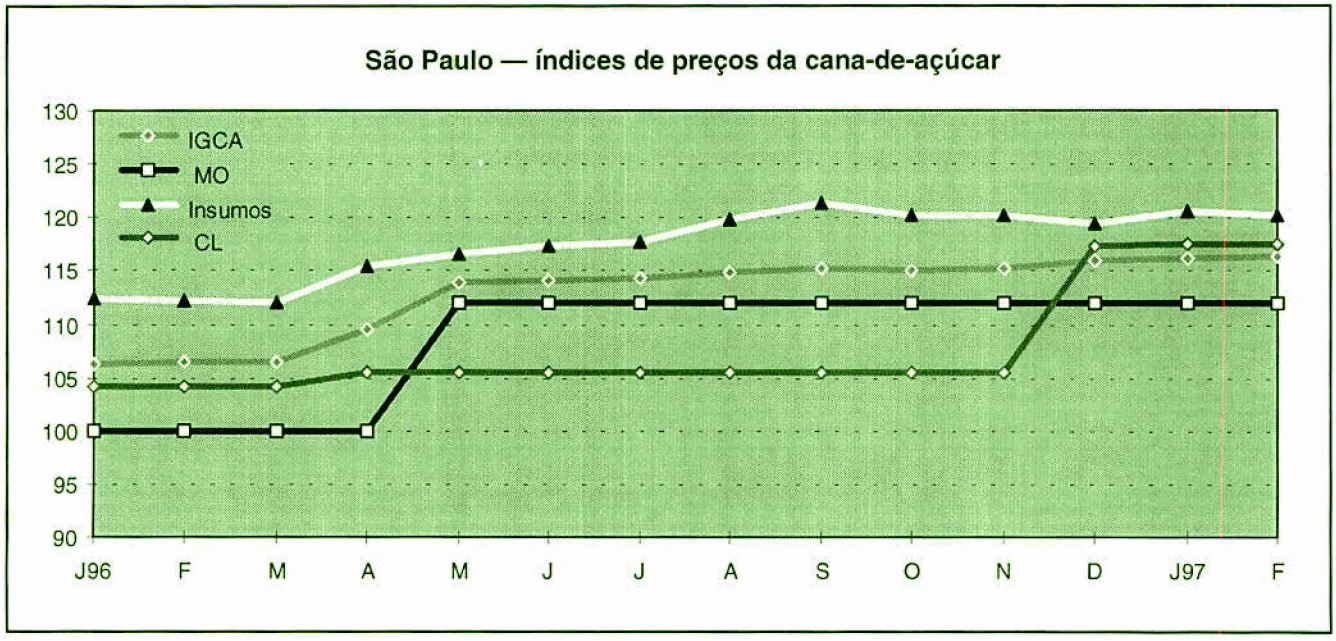
MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

São Paulo — índices de preços da cana-de-açúcar
(base: junho de 1995 = 100)

Mês/Ano	Índice geral da cana-de-açúcar (IGCA)	Mão-de-obra (MO)	Máquinas, veículos e equipamentos (MVE)	Reparos (R)	Combustíveis e lubrificantes (CL)	Insumos (I)	Outras despesas (OD)
Jul. 1995	101,908	100,000	100,605	101,642	100,026	102,749	101,780
Ago.	101,963	100,000	100,554	101,949	100,037	102,605	102,847
Set.	102,552	100,000	100,422	102,775	100,955	104,698	102,335
Out.	105,719	100,000	100,679	102,890	103,972	110,772	102,791
Nov.	105,643	100,000	100,652	103,403	104,067	109,817	103,526
Dez.	106,167	100,000	100,791	103,478	104,074	112,331	103,937
Jan. 1996	106,268	100,000	99,480	104,245	104,085	112,433	105,035
Fev.	106,372	100,000	100,185	104,979	104,089	112,184	105,262
Mar.	106,446	100,000	100,308	105,599	104,085	112,036	105,499
Abr.	109,594	100,000	100,380	105,066	105,596	115,462	105,972
Maio	114,009	112,009	100,389	105,340	105,483	116,645	107,071
Jun.	114,206	112,009	100,437	105,472	105,470	117,316	108,058
Jul.	114,399	112,009	100,897	105,862	105,465	117,689	108,868
Ago.	114,950	112,009	101,005	106,658	105,460	119,810	109,045
Set.	115,320	112,009	101,307	106,917	105,479	121,400	109,061
Out.	115,098	112,009	101,042	106,989	105,497	120,257	109,139
Nov.	115,181	112,009	101,085	107,494	105,511	120,174	109,631
Dez.	116,019	112,009	99,818	106,914	117,309	119,398	110,478
Média 1996	112,322	108,006	100,528	105,961	106,127	117,067	107,760
Jan. 97	116,270	112,009	99,857	106,582	117,614	120,610	111,478
Fev.	116,326	112,009	99,999	107,126	117,611	120,293	112,140

Fonte: IBRE/FGV.

Os itens que continuam pressionando o índice geral da cana-de-açúcar, desde a base, são: insumos (20,29%); combustíveis e lubrificantes (17,61%) e mão-de-obra (12%).



EQUIPE DE TRABALHO IBRE-AIAA

Janela aberta

A Alca em 12 perguntas e respostas

■ *O que é a Alca?*

Seguindo uma tendência de consolidação de blocos regionais de comércio, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que abrangerá todo o continente americano, do Alasca à Terra do Fogo, surgiu na Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994. Naquele encontro, os presidentes de todos os países das Américas, com exceção de Cuba, firmaram o compromisso de encerrar as negociações para a formação de uma área de livre comércio na região em 2005. Os trabalhos nesta direção continuaram em mais dois encontros ministeriais: Denver, em junho de 1995 e Cartagena, em março de 1996.

Esta nova área de livre comércio pretende ser um acordo regional de "nova geração", ou seja, não meramente um acordo de bens, mas um acordo que incorpore compromissos em áreas da agenda mais recente da Organização Mundial do Comércio (OMC), tais como serviços, investimentos, propriedade intelectual, dentre outros.

■ *Que países vão fazer parte da Alca?*

Participam das negociações para a formação da Alca 34 países: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, EUA, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

■ *O que foi a Reunião Ministerial de Denver?*

A partir da Declaração de Princípios assinada em Miami, foi no encontro de Denver que começaram propriamente os trabalhos de formatação da Alca. Foram criados sete grupos de trabalho (GT), com o objetivo de examinar formas de compatibilização das políticas dos países nas áreas de: acesso a mercados; procedimentos aduaneiros e regras de origem; investimentos; normas e barreiras técnicas ao comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; subsídios, direitos compensatórios e *antidumping*; e economias pequenas e relativamente menos desenvolvidas. Os grupos continuam se reunindo, estando adiantados os trabalhos de levantamento e compilação de dados. Os GTs contam com o suporte técnico da Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU.

■ *O que foi a Reunião Ministerial de Cartagena?*

Na reunião de Cartagena, foram apresentados os relatos dos trabalhos dos GTs até aquele momento e foram constituídos mais quatro grupos de trabalho para estudar as seguintes questões: compras e licitações governamentais; direitos de propriedade intelectual; serviços e políticas de concorrência.

■ *O que será a Reunião Ministerial de Belo Horizonte?*

Em Belo Horizonte, deverá ser decidido onde e quando serão iniciadas as negociações propriamente ditas e qual o escopo de tal negociação, pois até o momento foram feitos apenas inventários preparatórios. Depois de duas reuniões de vice-ministros, uma em Florianópolis e outra em Recife, o debate está em torno de quatro posições apresentadas pelo Mercosul, Canadá, EUA e Caricom. As propostas divergem, especialmente quanto ao *timing* das negociações. De um lado, os EUA querem acelerar o processo, iniciando logo negociações de acesso a mercados e deixando para o final as negociações sobre retirada de subsídios agrícolas. Do outro, o Mercosul sugere uma negociação em três etapas, iniciando-se com medidas de *business facilitation* e finalizando com negociações sobre acesso a mercados.

■ *Qual a posição do Mercosul?*

O Mercosul, desde o início do processo, atuou como bloco, negociando previamente suas posições entre os quatro países-membros. Em Florianópolis, o Mercosul apresentou sua proposta de desenvolvimento por etapas, que assegure a vigência da iniciativa hemisférica e permita o progresso gradual da negociação. Todo o processo deverá se basear em sucessivos estudos do impacto causado por área hemisférica de livre comércio, nos fluxos atuais e potenciais do comércio e nos investimentos entre os países do continente, assim como na estrutura das economias nacionais.

Etapas:

a) acordos de *business facilitation* sobre matérias que tenham impacto imediato, no sentido de facilitar os fluxos comerciais no hemisfério, como por exemplo acordos sobre documentação aduaneira e/ou certificação de origem (1998/99);

b) negociação de temas onde não esteja em jogo o acesso aos mercados e suas disciplinas correspondentes, como por exemplo medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, dentre outros (2000/2002);

c) negociações *substantivas*, escalonadas, tratando em uma primeira etapa de negociações sobre acesso a mercados de bens e, posteriormente, de temas relacionados a serviços, compras governamentais e outros (2003/2005).

■ *Qual é a posição do empresariado brasileiro em relação à Alca?*

O debate no Brasil sobre o processo de integração hemisférica é recente, não havendo ainda posições consolidadas. Este é um tema novo para os empresários brasileiros. Uma avaliação preliminar deve considerar que os interesses industriais não são uniformes. Certamente é possível identificar setores interessados em que o processo evolua em um ritmo mais acelerado, permitindo ampliar seu acesso aos mercados da região, como é o caso do setor agrícola.

Há, no entanto, um conjunto significativo de setores que enfrentam o desafio de adaptar-se ao processo de

abertura comercial, implementado no Brasil no início dos anos 90, e de consolidar suas estratégias a partir da formação do Mercosul. Há, além disso, uma série de negociações em curso no âmbito da Aladi exigindo a atenção da indústria brasileira.

O programa de estabilização da economia e o processo de abertura comercial impõem uma agenda de modernização institucional e da infra-estrutura do Brasil. Na agenda da Alca há um conjunto de temas em debate que podem contribuir de forma positiva para o processo de modernização do Brasil.

Há também um grupo de temas em debate que se referem à infra-estrutura do comércio (como por exemplo barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, procedimentos aduaneiros etc.), para os quais a harmonização das legislações e dos procedimentos poderia representar ganhos efetivos para o comércio da região.

O tema mais delicado para o Brasil é o acesso a mercados. A indústria brasileira ainda está em fase de adaptação ao processo de liberalização das importações e não tem condições de enfrentar, no curto prazo, uma nova etapa de redução da proteção. Esta é uma questão crucial para o processo de integração, que requer maior cautela por parte do Brasil.

■ *Qual a importância da participação empresarial no processo?*

No estágio atual estão sendo definidas a metodologia e a abrangência de todo o processo de integração, o que poderá acarretar significativas mudanças para os principais agentes econômicos, os empresários. Para isso, o Fórum é o ambiente propício e adequado de discussão com os demais representantes empresariais dos países das Américas. A possibilidade de encaminhamento imediato das recomendações a todos os governos é o diferencial que faz deste Fórum um encontro sem similar.

Além disso, o reconhecimento da relevância da participação do setor privado na construção da Alca e a importância dos trabalhos do Fórum foram reiterados pelos próprios governos do hemisfério, quando na Declaração Ministerial de Cartagena fizeram especial referência ao assunto, recomendando a realização de consultas entre os governos e o setor privado na preparação da Reunião Ministerial de 1997.

■ *Como foi a participação empresarial em Denver e em Cartagena (a criação do Fórum Empresarial das Américas)?*

Reconhecendo o desafio que representa a constituição desta área de livre comércio, buscou-se uma forma de participação efetiva dos empresários no processo de formação da Alca, criando-se assim, em Denver, o Fórum Empresarial das Américas. A organização do Fórum Empresarial ficou a cargo do governo norte-americano e a participação empresarial brasileira foi pequena e dispersa. A iniciativa, no entanto, foi um primeiro passo em direção à participação organizada do segmento empresarial.

O II Fórum, realizado em Cartagena, propiciou maior integração entre o setor privado e os governos dos países do hemisfério, na medida em que, ao contrário de Denver, o Fórum Empresarial antecedeu a Reunião Ministerial, o que permitiu que as recomendações dos empresários fossem formalmente entregues aos 34 ministros de Estado presentes em Cartagena. Entretanto, as agendas do Fórum Empresarial e da Reunião Ministerial foram distintas e subdivididas em áreas temáticas diferentes, o que dificultou o encaminhamento das reivindicações.

A participação brasileira no Fórum Empresarial foi coordenada pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), e participaram apenas 42 empresários brasileiros e/ou representantes de entidades de classe, que se dividiram entre os 13 *workshops* do encontro.

■ *Onde e quando será o III Encontro das Américas?*

O Brasil sediará o próximo Encontro das Américas. O III Fórum Empresarial será realizado no Palácio das Artes de Belo Horizonte, Minas Gerais, de 13 a 15 de maio de 1997, antecedendo a III Reunião Hemisférica de Ministros Responsáveis pelo Comércio, que acontecerá no dia 16 do mesmo mês.

■ *Qual a agenda do Fórum?*

A agenda é composta de uma conferência, três mesas-redondas e debates em 12 *workshops* simultâneos. A partir de observações feitas na reunião de Cartagena, procura-se manter uma certa convergência entre os temas debatidos no Fórum e aqueles que estarão sendo discutidos na Reunião Ministerial. Nesse sentido, os *workshops* podem ser classificados em dois grupos distintos. No primeiro grupo, os temas estão diretamente relacionados com os grupos de trabalho oficiais (GT): acesso a mercados; *standards* e barreiras não-tarifárias ao comércio; procedimentos aduaneiros e regras de origem; subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios; tecnologia e propriedade intelectual; investimentos; serviços; defesa da concorrência; compras governamentais.

No segundo grupo, propõem-se temas que, embora não tenham correspondência direta com os grupos de trabalho oficiais, foram considerados de interesse empresarial: papel do setor privado; infra-estrutura (telecomunicações, energia e transportes) e desenvolvimento econômico sustentado.

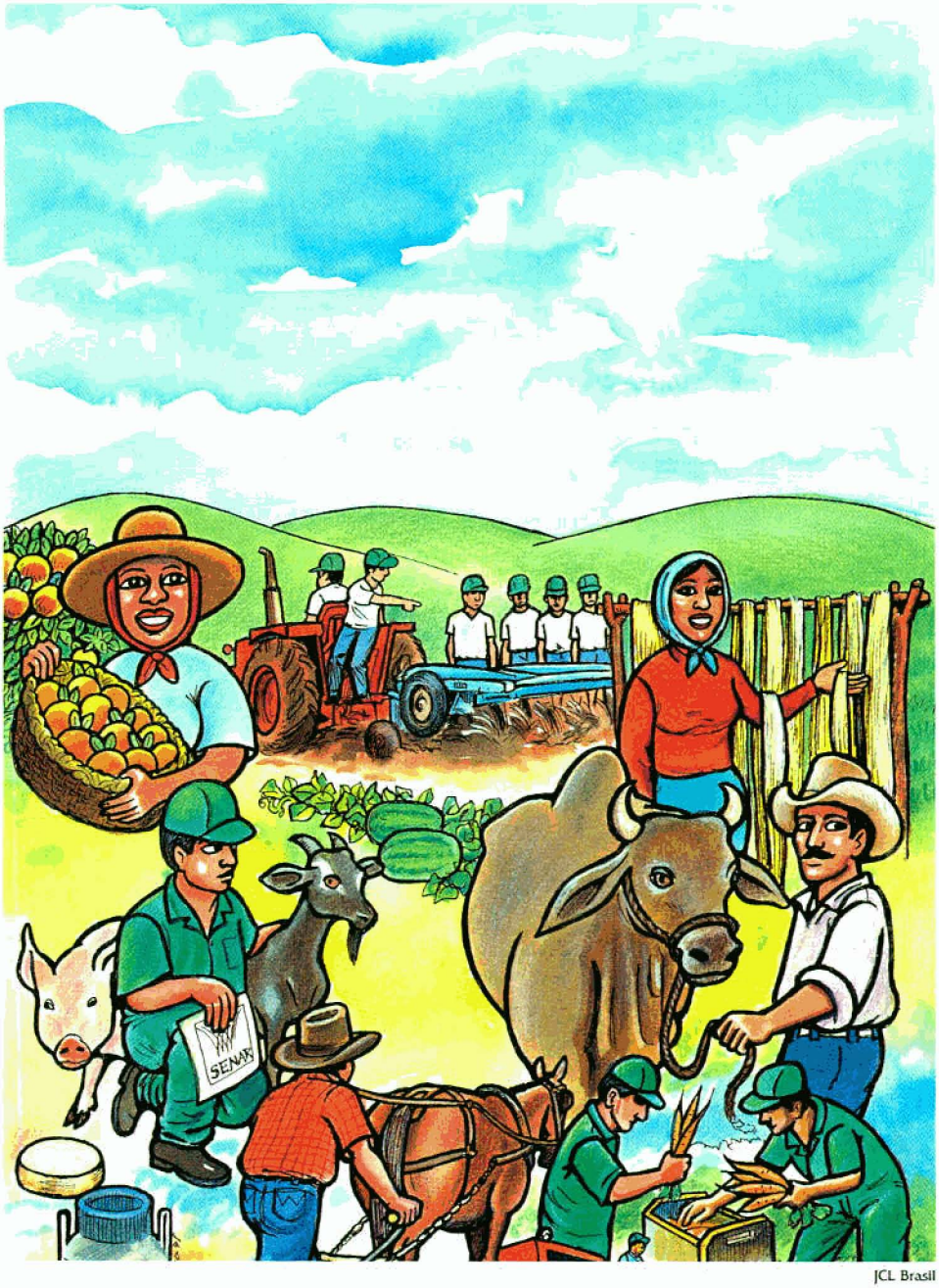
A participação ativa nos *workshops* representa uma oportunidade importante para que o setor privado possa definir posições sobre temas relevantes de seu interesse e influenciar o processo de negociações. Ao final do segundo dia de trabalho, está prevista uma seção onde as conclusões dos *workshops* serão apresentadas para os ministros responsáveis por Comércio no hemisfério.

■ *Quais os* workshops *de maior interesse para o setor agrícola ?*

Tendo em vista os problemas de competição desleal que enfrenta o setor agrícola, os *workshops* de maior interesse durante o III Fórum Empresarial das Américas deverão ser: acesso a mercados; *standards* e barreiras não-tarifárias ao comércio (onde serão discutidas as medidas sanitárias e fitossanitárias muitas vezes utilizadas como barreiras ao comércio), além do *workshop* sobre subsídios, *antidumping* e medidas compensatórias.

Soraya S. Rosar é subchefe do Departamento de Comércio Exterior e Investimentos da CNI.

SENAR
FORMANDO E PROMOVENDO O HOMEM DO CAMPO



JCL Brasil

Saber como plantar:
Saber como colher.
Nada é tão sagrado como a terra da gente, e tão importante como a gente que trabalha na nossa terra.
É para essa gente que o SENAR está em campo, treinando e profissionalizando o pequeno produtor e o trabalhador rural.
550 mil pessoas já passaram pelos cursos do SENAR.
Mais 400 mil serão formados ainda este ano.
Com o SENAR está nascendo um novo homem do campo. Um novo cidadão brasileiro que produz mais e melhor.
Um profissional realizado, que não troca a vida do interior pela incerteza da cidade grande.
O SENAR é uma instituição privada que melhora a vida de quem produz para alimentar o nosso país.
A sua qualidade de vida começa no campo companheiro.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAR

RIO DE JANEIRO

A Cargill não acredita que o Brasil seja o país do futuro



Mais importante do que crer numa promessa de futuro é encontrar no presente formas criativas para processar e movimentar a produção agropecuária brasileira com eficiência, qualidade e economia. Este é o compromisso da Cargill com o setor agroindustrial e, agindo assim, tornou-se global e diversificada: processa e comercializa soja, milho, cacau e laranja, originando produtos com qualidade reconhecida nos mercados interno e externo, desenvolve avançadas pesquisas genéticas para a produção e comercialização de sementes híbridas de milho, formula rações balanceadas para animais domésticos e de produção, comercializa *blends* de café de alta qualidade para clientes espalhados por todo o mundo, armazena e transporta parcelas expressivas das safras brasileiras e fabrica fertilizantes líquidos, entre outras atividades.

Além destas conquistas, a Cargill mantém a Fundação Cargill, visando promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologia agropecuária. Neste sentido, a Fundação Cargill financia projetos de pesquisa, publica obras técnico-científicas que atingem um público estimado em 4 milhões e 500 mil leitores e participa intensamente na realização de congressos, simpósios e seminários relacionados ao agribusiness, para melhorar a produtividade das culturas de grande importância econômica para o setor.

Dia após dia, a Cargill e a Fundação Cargill reafirmam seu compromisso com o desenvolvimento da agroindústria do País, pois acreditam que para o Brasil ser grande amanhã, precisa pensar grande hoje.

CARGILL

Qualidade é o nosso compromisso